



Carga fiscal mantém país sob pressão

Destaque, 4 a 19

Combustíveis

Gasolina e gasóleo vão custar mais seis cêntimos por litro

Função pública

Governo promete a Bruxelas cortar mais 10 mil trabalhadores

Privatizações

Governo paga 1,9 milhões para ficar com 50% do capital da TAP

Dedução fiscal

Fim do quociente familiar é bom ou mau para a classe média? Depende

Política

PCP e BE querem melhorias, direita critica mais impostos



4 | DESTAQUE | PÚBLICO, SÁB 6 FEV 2016

OE 2016

Pressionado por Bruxelas, o Governo abdicou de baixar a carga fiscal no OE

É um orçamento a dois tempos: primeiro o que foi entregue em Bruxelas, depois o que saiu das negociações com a Comissão. O segundo tem mais impostos e menos défice, mas também menos crescimento

Sérgio Aníbal

Foi já bastante tarde na quinta-feira que o Governo fez a sua última cedência a Bruxelas. A planeada redução das contribuições sociais dos trabalhadores com salários inferiores a 600 euros afinal já não vai acontecer. O Estado encontrou uma poupança de 135 milhões de euros, o esforço orçamental exigido pelas autoridades europeias foi atingido e o Governo evitou ter de entregar à Comissão uma versão revista dos seus planos orçamentais. A contrapartida: os portugueses ficaram com mais um motivo para pensar que a carga fiscal e contributiva que suportam voltará mais uma vez a não diminuir em 2016.

A desistência do Governo em concretizar o que estava dos seus planos de redução da TSU é apenas um dos

exemplos de medidas adicionais que o Governo introduziu na última semana na proposta de Orçamento do Estado, que entregou esta sexta-feira ao Parlamento. O Executivo também subiu o preço do litro de combustíveis em seis cêntimos, o maço de tabaco vai custar mais 10 cêntimos e as contratações de funcionários públicos vão ser mais limitadas do que o esperado.

Estas e outras medidas, saídas das difíceis negociações com Bruxelas, tornaram a proposta de OE num documento com diferenças importantes face ao esboço do OE que tinha sido apresentado duas semanas antes. E um dos efeitos mais óbvios é a diferença na carga fiscal e contributiva que irá incidir sobre as famílias e as empresas.

No esboço do OE, o Governo previa que a soma dos impostos directos, indirectos e de capital com as

contribuições para a Segurança Social (a definição normalmente usada para carga fiscal) iria descer de 37,6% do PIB para 36,9%. Seria a primeira descida após vários anos de agravamento e tal seria conseguido através de medidas como a redução mais rápida do valor da sobretaxa do IRS, a descida do IVA sobre a restauração ou a diminuição da TSU para os rendimentos mais baixos.

Agora, na proposta final de OE entregue na Assembleia da República, o mesmo indicador já não desce. A carga fiscal e contributiva irá subir ligeiramente de 37,6% do PIB para 37,9%. Apesar de se manter um alívio significativo ao nível do IRS e do IVA na restauração, entre outros, o agravamento de vários impostos sobre o consumo e da tributação sobre as empresas e a banca compensa esse efeito.

No relatório do Orçamento do Estado, o Governo assinala que a carga

fiscal ainda apresenta uma redução, mas tal acontece porque apenas incluiu os impostos directos e indirectos, não levando em consideração as contribuições para a Segurança Social e os impostos sobre o capital. Ainda assim, olhando apenas para os impostos directos e indirectos é visível a diferença que uma semana fez à proposta orçamental. No esboço do OE, esses dois indicadores registavam uma redução equivalente a 0,8%

A carga fiscal e contributiva já não desce e até sobe ligeiramente de 37,6% do PIB para 37,9%

do PIB, mas agora, na proposta final, a descida é de 0,2% do PIB.

Na conferência de imprensa de apresentação do OE, esta foi uma das questões colocadas ao ministro das Finanças pelos jornalistas: como é que se vira a página da austeridade com aumentos de impostos? Mário Centeno respondeu que o Governo está a tentar criar condições para que Portugal fique com um nível de fiscalidade "mais justo".

O ministro assinalou que um maior peso dos impostos indirectos (como o ISP) e menos preponderância dos impostos directos (como o IRS) induz "um crescimento mais saudável". E defendeu que as opções tomadas pelo Governo nesta matéria têm ainda impactos positivos em questões como o ambiente ou o endividamento das famílias.

No OE, os impostos directos registam efectivamente uma redução





significativa do seu peso na economia, algo que é compensado por um agravamento dos impostos indirectos. E alguns dos impostos introduzidos na última semana pelo Executivo constituem um desincentivo ao uso do automóvel e tornam menos atractivo o recurso ao crédito para o consumo.

É também verdade que não foi só com aumentos de impostos que o Governo conseguiu convencer Bruxelas a dar luz verde ao seu orçamento. São prometidos novos cortes na despesa do Estado, através de ganhos de eficiência, e recua-se também na previsão que era feita no esboço do orçamento de uma estabilização do número de funcionários públicos. Agora, aponta-se para uma redução de 10 mil efectivos, resultante da imposição de uma regra de entrada de um funcionário por cada dois que se aposentam.

Olhando para as medidas anunciadas pelo Governo neste OE, verifica-se que, de um lado, há alterações que contribuem de forma directa para um aumento do rendimento de 1450 milhões de euros. Depois, por outro lado, há medidas a nível fiscal que conduzem a uma redução do rendimento de cerca de 1000 milhões de euros e medidas de redução da despesa pública também equivalentes a 1000 milhões de euros.

É com base nestes números que o Governo aponta para uma redução do défice público de 4,3% do PIB em 2015 para 2,2%. O défice de 2015 sem o efeito negativo excepcional resultante da resolução do Banif deverá ter sido de 3,1%, uma vez que uma operação financeira na empresa Infraestruturas de Portugal e reembolsos do IVA superiores ao previsto fizeram derrapar as contas e falhar a meta de 3% antes prevista.

O OE aponta também para uma redução do défice estrutural (o défice que desconta o efeito da conjuntura económica e das medidas extraordinárias) em 0,3 pontos percentuais do PIB. Este valor é semelhante aos 0,2 pontos inscritos no esboço do OE, mas o resultado agora apresentado é calculado com base num critério de classificação de medidas extraordinárias mais restrito e já próximo do da Comissão Europeia. Ainda assim, em Bruxelas, afirma-se que o défice estrutural desce entre 0,1 e 0,2 pontos percentuais. A diferença de valores, explicou Centeno, deve-se à "forma como são feitos os cálculos".

Depois, para além dos resultados orçamentais, há o efeito do OE na economia. Mário Centeno repetiu a ideia de que este é um orçamento que dá um contributo para a aceleração da economia. No entanto, os números mostram que a necessidade-

Mário Centeno diz que o Governo quer um nível de fiscalidade "mais justo"



Economia

Veja aqui todas as notícias sobre o Orçamento do Estado 2016
www.publico.pt

O Orçamento em dois minutos

Conheça as principais propostas do Governo para o Orçamento do Estado para 2016

Aumento de impostos nos combustíveis, descida do IVA na restauração, cortes nas taxas moderadoras e um novo peso para os filhos no IRS. Feitas as contas, o Governo diz que o défice ficará nos 2,2% do PIB. Eis algumas das principais medidas.

Aumento nos combustíveis
O imposto sobre os produtos petrolíferos vai sofrer um agravamento. Isto significa que tanto o gasóleo como a gasolina aumentarão seis cêntimos por litro por esta via. Sobre este aumento incidirá ainda o IVA, fazendo com que a repercussão no preço final seja superior. (Págs. 8/9)

Nova fórmula para os filhos no IRS

Os filhos passam a contar de forma diferente no cálculo do IRS. Em vez de serem considerados para a divisão dos rendimentos do agregado familiar e consequente atribuição de um escalão de IRS, os filhos significam simplesmente um valor fixo a ser deduzido ao pagamento do imposto: será de 550 euros por filho, acima do valor actual. (Pág. 11)

Subida no imposto sobre veículos

O imposto sobre veículos, que é pago aquando da matriculação, também sofre aumentos. A componente do imposto relativa à cilindrada tem um acréscimo de 3%, ao passo que a componente relativa ao impacto ambiental sobe 10% a 20%. No caso dos veículos menos poluentes, há uma redução face aos valores em vigor. (Págs. 8/9)

Descida no IVA da restauração

O IVA da restauração desce, para muitos produtos, dos actuais 23% para 13%. No entanto, a mudança só se aplica à alimentação e aos produtos de "cafetaria" (como o café, água sem gás e galão). Na taxa máxima permanece a generalidade das bebidas, incluindo os sumos, refrigerantes e bebidas alcoólicas. (Pág. 10)

Mais 0,6% para a Saúde

O Serviço Nacional de Saúde vai ter um pequeno acréscimo orçamental de 45 milhões, correspondentes a 0,6%. As taxas moderadoras vão baixar (a descida irá até um máximo de 25% do valor da taxa) e há situações em que os utentes passarão a estar isentos — por exemplo, se forem encaminhados para o hospital pelo INEM, pela linha telefónica Saúde 24 ou pelo médico de família. (Págs. 16 a 18)

Educação perde 80 milhões

A despesa orçamental para a Educação volta a sofrer uma descida, desta feita de 80 milhões de euros, o que significa um corte de 1,4%. A proposta de Orçamento prevê ainda a universalidade da oferta da educação pré-escolar para crianças entre os três e os cinco anos. (Págs. 16 a 18)

Mais fácil contratar no ensino superior

As universidades e politécnicos passam a ter uma regra mais flexível para a contratação de docentes, não docentes e investigadores. A contratação fica autorizada desde que a despesa da instituição com pessoal não exceda o valor mais alto dos três anos anteriores. O financiamento para o ensino superior e a ciência aumenta 3,6%. (Págs. 16 a 18)





6 | DESTAQUE | PÚBLICO, SÃB 6 FEV 2016

OE 2016

As principais medidas do OE

Em milhões de euros

EFEITO NO SALDO ORÇAMENTAL

Resultante das negociações com Bruxelas

Total: -1451

Aumento do rendimento das famílias e empresas

Reposição salarial na função pública

Prestações sociais, incluindo RSI

Actualização das pensões

Reversão da CES

Descida do IVA na restauração

Redução da sobretaxa de IRS

Diminuição das taxas moderadoras

Outros

-447

-135

-63

-24

-175

-430

-35

-142

Diminuição do rendimento das famílias e empresas

Aumento do ISP

Aumento do Imposto sobre o Tabaco

Aumento do Imposto do selo

Aumento do Imposto sobre veículos

Aumento da contribuição da banca

Eliminação de isenções de IMI

Ganhos no IRC por reavaliação de activos

Não aplicação do corte na TSU

Total: 1015

120

360

100

145

80

70

50

50

125

135

Ganhos de eficiência do Estado

Limite ao consumo intermédio

Poupanças sectoriais e simplificação administrativa

Poupanças na acção social

Maior controlo nas baixas por doença

Combate à fraude fiscal e contributiva

Regra de 1 por dois na AP

Poupança nos juros da dívida

Outras redução de gastos

Total: 1012

316

183

98

60

85

100

50

120

Fonte: OE-2016, Esboço do OE-2016, Público

Défice público (% do PIB)

No esboço do OE No OE



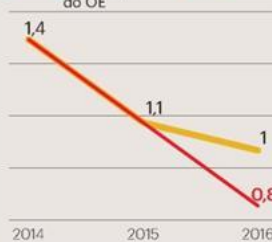
PIB (variação anual, em%)

No esboço do OE No OE



Emprego (variação anual, em%)

No esboço do OE No OE



A regra não escrita que salvou o OE do chumbo europeu

Sérgio Aníbal e Sílvia Amaro, Bruxelas

Ao fim de uma semana de negociações, com complexas discussões metodológicas e mais de 1000 milhões de novas medidas a serem apresentadas, o Governo português conseguiu o que queria em Bruxelas. É verdade que a Comissão Europeia continua a criticar a proposta de OE portuguesa e a dizer que contém muitos riscos, mas pelo menos não apresentou o veredicto inédito que mais se temia, o de que o país está em "incumprimento particularmente sério" do Pacto de Estabilidade.

O Governo evitou ter de apresentar uma nova versão do orçamento às autoridades europeias e fez-o porque cumpriu uma regra, que não está presente em nenhum regulamento, mas que a Comissão utiliza para estabelecer a fronteira entre dizer que um país está em "incumprimento particularmente sério" ou apenas em "risco de incumprimento".

Esta regra foi ontem várias vezes referida pelos comissários Dombrovskis e Moscovici para justificarem a decisão tomada. Nas suas avaliações, a Comissão garante uma margem de erro de 0,5 pontos percentuais aos países que, nos seus esboços de orçamento, não conseguem apontar para o objectivo pré-definido de redução do défice estrutural.

No caso português, as contas são as seguintes. O Conselho da EU tinha estabelecido em Julho que Portugal teria de baixar em 0,6 pontos percentuais o valor do défice estrutural (o indicador que mede o esforço de consolidação orçamental de um país). No esboço do OE, o Governo previa uma redução de 0,2 pontos, mas a Comissão não concordou com a forma como se chegou a esse valor.

Concluídas as negociações, a Comissão acabou por reconhecer que a redução do défice estrutural conseguida pelo Governo português está situada entre 0,1 e 0,2 pontos percentuais. Isto é mesmo no limite da margem de erro de 0,5 pontos que os comissários referiram que a Comissão oferece.

A insistência de Dombrovskis e Moscovici em falar da existência desta regra está no facto de quererem mostrar que a decisão de deixar passar o orçamento europeu não foi tomada por influência de factores subjectivos ou de ordem política.

Questionados sobre se não estariam a abrir a porta ao não cumprimento estrito das regras a países como a Espanha e a Itália, os comissários insistiram: estamos a pena a cumprir as regras. Neste caso, uma regra não escrita.

Os responsáveis pela avaliação do OE português fizeram no entanto questão de não passar a imagem de que tudo é fácil agora para Portugal. Pierre Moscovici disse que, "apesar de as novas medidas reduzirem o risco de violação das regras do Pacto de Estabilidade, os riscos não foram eliminados". E deixou um aviso: "Estaremos muito atentos a esses ris-



"Não vim naturalmente incomodar a senhora Merkel com o Orçamento", disse Costa

cos. Seremos muito vigilantes." Explicou que as próximas avaliações ao desempenho das finanças públicas portuguesas serão feitas na Primavera, no âmbito do procedimento por défices excessivos em que Portugal ainda se encontra, quando for feita a análise às contas finais de 2015, quando o Governo apresentar o seu Programa de Estabilidade e quando Bruxelas apresentar as suas previsões de Primavera.

Coincidência ou não, ao mesmo tempo que os comissários tomavam a sua decisão, o primeiro ministro português encontrava-se com a sua homóloga alemã. Na conferência de imprensa que se seguiu ao encontro, as palavras sobre o orçamento foram poucas. "Não vim naturalmente incomodar a senhora Merkel com o Orçamento português, porque já tem de se preocupar com o seu próprio orçamento", disse António Costa. "O antecessor de António Costa conseguiu coisas impressionantes", respondeu Merkel.

de de reduzir mais o défice também teve o seu impacto nas perspectivas de crescimento.

O Governo aponta agora para uma variação do PIB de 1,8%, um valor que é superior aos 1,5% do ano passado, mas que fica abaixo dos 2,1% que eram projectados no esboço do OE há duas semanas. No mercado de trabalho, a previsão mantém-se quase inalterada. Acredita-se numa descida da taxa de desemprego praticamente igual à antecipada no esboço do Orçamento e uma criação de emprego que é apenas menor em 9000 postos de trabalho (apesar de

se esperar desde logo uma redução de 10 mil efectivos na Administração Pública).

Ainda assim, apesar desta revisão em baixa, dificilmente o Governo se livrará das críticas de excesso de optimismo de que tem sido alvo. Continua a ser difícil explicar como é que com uma política orçamental mais restritiva (redução do défice estrutural de 0,3 pontos) se consegue uma aceleração face a 2015, quando a política orçamental foi expansionista (aumento do défice estrutural de 0,5 pontos).

Centeno defende que é a combina-

ção de medidas que é mais amiga do crescimento e do emprego, já que se coloca dinheiro nas mãos de quem mais tem propensão para consumir e investir e recusa a ideia de que os pressupostos assumidos para a conjuntura internacional sejam demasiado optimistas.

Depois de concluída a tarefa de entregar no parlamento um orçamento que passou o teste de Bruxelas, Mário Centeno pareceu suficientemente confiante para desafiar os críticos. "Fragilizado com críticas é algo que nunca me vai ver. É algo que estou muito habituado", disse.



PÚBLICO, SÁB 6 FEV 2016 | DESTAQUE | 7



O orçamento vai pôr a classe média e as PME a pagar a factura dos acordos [do PS] com o BE e o PCP

Cecília Meireles
Deputada do CDS



OE “positivo”, apesar dos impostos mas PCP e BE querem melhorá-lo

Maria Lopes, Sofia Rodrigues

BE diz que pressão da direita junto de Bruxelas piorou Orçamento. PCP não revela sentido de voto e PS elogia proposta “responsável”

PCP e BE puxaram a brasa à sua sardinha: a proposta de Orçamento do Estado tem “elementos positivos” que resultam da “intervenção” dos comunistas, disse João Oliveira; o Bloco foi “central na discussão” do documento, reivindicou Mariana Mortágua. Não foi à toa que o PCP escolheu reagir no Parlamento antes mesmo de Mário Centeno fazer a apresentação pública do Orçamento, e que o Bloco foi o primeiro a falar, quando o ministro desapareceu das televisões. Este marcar de posições dos dois partidos promete continuar na discussão do OE na especialidade. Tanto BE como PCP avisaram que, apesar de tudo, este “não é” o seu Orçamento, que não desistem das suas bandeiras e que irão fazer propostas na discussão na especialidade.

A proposta tem aprovação praticamente garantida, apesar de o PCP não se comprometer com o sentido de voto, insistindo em manter António Costa alerta, ao passo que o BE é mais comedido no aperto ao PS. Mortágua rejeita choques com os socialistas, porque o Bloco “respeita o compromisso do Governo com Bruxelas”, mas avisa que o partido vai apresentar “propostas honestas” que não ponham esse compromisso em causa. “Mas não nos peçam para não lutar-mos pelas nossas bandeiras”, adverte, acrescentando que as propostas bloquistas poderão aumentar um pouco a despesa, por um lado, mas também fazer subir a receita, por outro.

O líder parlamento comunista, João Oliveira, não iludiu “limitações e insuficiências” da proposta de OE e assumiu haver “distanciamento” e “preocupação” face a medidas como o aumento dos impostos sobre os combustíveis, a inexistência de resposta sobre a reestruturação da dívida, e a



Comunistas avisam que há “limitações e insuficiências” na proposta

não consideração do aumento do valor real das pensões. Congratulou-se com algumas medidas que considerou serem a concretização do acordo entre o PCP e o PS, como o fim das isenções de IMI para fundos imobiliários, o aumento da contribuição do sector bancário, introdução de deduções fiscais por filhos e ascendentes no IRS, a introdução da cláusula de salvaguarda do IML. Mas garantiu que a bancada irá “continuar a trabalhar” para conseguir outras medidas que não estão plasmadas no documento, como o congelamento do valor das propinas e a melhoria do subsídio social de desemprego.

Não é o Orçamento perfeito; é apenas o possível. “O Orçamento que hoje foi entregue é pior do que a primeira versão entregue a Bruxelas. As pressões da Comissão Europeia, activamente auxiliadas pelos argumentos do PSD e do CDS em Portugal, pioraram este Orçamento, prejudicaram o objectivo de repor rendimentos e tornaram a vida das pessoas mais difícil”, criticou Mariana Mortágua. Se há uma “excessiva carga de impostos – muito óbvia no caso dos combustíveis –, isso deve-se às pressões da Comissão e da direita, que não aceitaram a proposta de um orçamento que rompesse com a política de austeridade”.

Heloísa Apolónia lamentou o “travão enormíssimo” da Comissão, que “trabalha muito para os números”. Ainda assim, a deputada do partido

Ecologista Os Verdes considera que o documento consegue dar um “sinal muito relevante no combate ao empobrecimento do país”. Mas há temas que o PEV quer explorar com o Governo, nomeadamente a mobilidade (em especial o sector ferroviário), a conservação da natureza e a Educação.

Já para o vice-presidente da bancada socialista, Pedro Delgado Alves, este processo negocial mostrou que é possível obter mais ganhos negociando com as instituições europeias do que “assumindo acriticamente” o que elas querem impor. Houve partidos políticos nacionais que “procuraram resolver em Bruxelas aquilo que os eleitores não lhes resolveram no plano nacional, tentando tornar o Orçamento mais austeritário”, apontou.

Congratulou-se com o “exercício orçamental responsável” e “sustentável”, que “acautela crescimento, criação de emprego e repõe prestações sociais” e se baseia num cenário macroeconómico “prudente”. Realçou as medidas para acelerar os fundos estruturais, o Simplex para estimular a competitividade da economia, a “equidade na distribuição da carga fiscal, a diminuição de impostos directos”, as “apostas” na Saúde e Educação. Pedro Delgado Alves não tem dúvidas: “Este OE foi aprovado em Bruxelas e seguramente será também aprovado aqui na Assembleia da República.”

Direita critica “inesperado” e “muito significativo aumento de impostos” para classe média

Maria Lopes

Ainda marcados pela célebre frase do ex-ministro das Finanças Vítor Gaspar sobre o “enorme aumento de impostos”, PSD e CDS tentaram adaptar o conceito e usá-lo para desprestigiar o Orçamento socialista. Os dois partidos mostraram-se preocupados com o efeito que um “inesperado” e “muito significativo aumento de impostos” vai ter sobre a classe média.

Foi Cecília Meireles quem estreou a ideia em declarações aos jornalistas no Parlamento, ao fim da tarde. “Estamos perante um aumento de impostos muito significativo. E se já era grave no esboço, é agora muito grave”, disse a deputada, acrescentando tratar-se de impostos que “vão ao coração da classe média e das pequenas e médias empresas”.

O Governo socialista está a exigir à classe média e às PME que paguem a “factura dos acordos com o Bloco e com o PCP”, acrescentou a vice-presidente da bancada do CDS, que criticou o facto de a equipa de Costa rever a cada semana as previsões de indicadores essenciais, como o défice e o crescimento, criando um clima de “instabilidade”. Confrontada com o facto de o Governo que integrou

também ter revisto estimativas, disse que não era “semana a semana”.

Questionada sobre uma comparação com os aumentos de impostos feitos pelo anterior Governo PSD-CDS, a deputada centrista justificou-se com a diferença de cenário: nessa altura havia um programa de ajustamento a decorrer e isso foi apenas uma “página de sacrifício” que devia estar a ser ultrapassada com “gradualismo”. Considerando que “o mínimo que se exige a um governo é que tenha o Orçamento aprovado”, o CDS vai, no entanto, votar contra. “Escusávamos todos de ter passado por isto”, disse a deputada sobre o processo negocial com Bruxelas.

Apesar das críticas que o PSD fez desde que se começaram a conhecer medidas do esboço do OE2016 e de já ter admitido que poderá nem apresentar propostas de alteração, o deputado António Leitão Amaro escusa-se a adiantar o que o partido tenciona fazer, argumentando que este é o “momento de discussão e de análise das opções principais”.

E essas, para o PSD, vão no mau caminho, já que a esquerda “vendeu ilusões” aos portugueses e agora o Governo PS apresenta um orçamento que “não realiza nenhum dos objectivos a que se propôs”. É uma “manita de retalhos” que “não acaba com a austeridade, nem vira a página”. “Temos um inesperado aumento de impostos, a pagar pela classe média, pelas famílias com filhos, pelas empresas. Sabemos agora que, afinal, os acordos das esquerdas têm um preço. É um preço pago pela classe média, é um preço que é pago em menos crescimento, em menos emprego, em menos riqueza e que coloca em causa a credibilidade externa de Portugal”, disse o deputado, falando do aumento de 1600 milhões de euros na carga fiscal e exemplificando com o caso dos combustíveis.

António Leitão Amaro enumerou: este Orçamento “não melhora – antes pelo contrário – o crescimento, não melhora o emprego, piora as exportações, dificulta o investimento, não realiza uma consolidação das finanças públicas. O que dá por um lado tira pelo outro”.



O que o OE “dá por um lado tira pelo outro”, disse Leitão Amaro



8 | DESTAQUE | PÚBLICO, SÁB 6 FEV 2016

OE 2016

705

Principais subidas de impostos
valem mais 705 milhões de
euros para os cofres do Estado,
entre ISP, ISV e Imposto do selo

Subida nos combustíveis vale metade do agravamento fiscal

Gasolina e gasóleo vão custar mais seis centímetros por litro através do ISP, medida que vai gerar um encaixe adicional de 360 milhões, 52% do total a arrecadar

Primero, subiam três impostos no valor de cerca de 390 milhões: imposto do selo sobre o crédito ao consumo, ISP e imposto sobre o tabaco. Depois, nas negociações com Bruxelas, o agravamento foi ainda maior e apanhou outros impostos indirectos, como o ISV, chegando aos . Foi com estas medidas, a que acrescem outras despesas planeadas mas que não arrancam já (como a descida da TSU), e poupanças (como a eliminação de isenções de IMI para fundos de investimento), que o Governo conseguiu ir ao encontro das exigências da Comissão Europeia em relação às metas do défice. Depois, há outras medidas de menor dimensão, e ainda as que afectam só as contas das empresas.

Combustíveis encarecem seis centímetros

A subida do aumento do imposto sobre os produtos petrolíferos (ISP) vai significar um acréscimo de seis centímetros, tanto na gasolina como no gasóleo rodoviário. A repercussão no preço final dos combustíveis será ainda maior, uma vez que o IVA também incide sobre o valor deste aumento. O ministro Mário Centeno já tinha anunciado que este seria um dos agravamentos fiscais para 2016, mas as discussões para Bruxelas aca-

baram por acentuar a proposta de subida, que inicialmente apontava para quatro centímetros no gasóleo e cinco centímetros na gasolina.

O Governo justificou a medida com a redução da receita em consequência da queda dos preços (que têm vindo a ser pressionados pela descida acentuada da cotação internacional do petróleo) e com preocupações ambientais. Nas contas das Finanças, a medida deverá valer 360 milhões de euros ao longo do ano. É o equivalente a 0,2% do PIB e a cerca de metade do valor que o Estado espera encaixar com todos os aumentos de impostos. Juntando àquele valor uma expectativa de aumento do consumo de combustíveis, o orçamento aponta para uma receita líquida com o ISP de 2703 milhões de euros, mais 465 milhões do que em 2015, um ano em que o consumo de gasolina subiu, mas de forma ténue: mais 1% no caso do gasóleo e mais 3% na gasolina.

A medida, bem como outros agravamentos fiscais no sector automóvel, geram de imediato queixas de associações do ramo. O presidente da Associação Nacional das Transportadoras Portuguesas disse estar a "ponderar formas de luta", ao passo que o representante das empresas de comércio e reparação automóvel se queixou de não ter sido "dividido o mal pelas aldeias".

O Governo prevê benefícios fiscais para as empresas de transportes de



mercadorias, de passageiros e táxis, para atenuar o efeito deste agravamento, mas os contornos ainda não estão definidos. "É preciso tempo para afinar pormenores do regime de benefício fiscal que compense os agentes económicos pelo aumento no imposto sobre os combustíveis, mas que também não se torne excessivamente oneroso para o erário público", adiantou o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Fernando Rocha Andrade.

Imposto sobre veículos penaliza mais poluentes

O imposto sobre veículos (ISV, que

é pago aquando da matriculação) é outro dos associados ao sector automóvel para o qual foi proposta uma subida. O imposto tem duas componentes: a relativa à cilindrada, que sobe 3%, e a componente relativa às emissões poluentes, que tem subidas entre 10% e 20%, embora com reduções para os veículos menos poluentes.

Também a redução de ISV que era dada como incentivo à compra de veículos híbridos é significativamente cortada. O valor, atribuído na sequência do abate de um veículo em fim de vida, passa a ter um máximo de 1125 euros, quando é actualmente de 3250 euros. O incentivo para a

compra de carros eléctricos é também reduzido: de 4500 euros para 2250 euros.

Ainda antes de a proposta de orçamento ser conhecida, a Associação Automóvel de Portugal argumentou que um agravamento fiscal deste género acabará por ter um efeito contraproducente nas receitas do Estado, ao reduzir o consumo.

Imposto Único de Circulação sobe 0,5%

A proposta de orçamento inclui uma tabela nova para o Imposto Único de Circulação (IUC), pago anualmente pelos proprietários de veículos, e

**Economia**

Veja todas as notícias sobre o
Orçamento do Estado para 2016
www.publico.pt



bem como o descoberto bancário autorizado para adquirir um bens duradouros. Já os juros ficam fora da penalização. A estimativa do encaixe adicional é de 80 milhões, mas o valor contempla também as operações de pagamento com cartões.

Operações com cartão pagam mais

Nas operações de pagamento baseadas em cartões, o Governo vai aplicar o imposto do selo à taxa de 4%. Envolvendo banca, comerciantes e consumidores, é aos comerciantes quem cabe pagar o imposto ao Estado. No relatório, é afirmado que são "introduzidas clarificações e alargamentos de incidência no sentido de tributar mais coerentemente as comissões cobradas pelo sector financeiro".

Para a PwC, a norma pode aplicar-se às transações com cartões de crédito, mas tem carácter interpretativo, podendo implicar pagamentos retroactivos ao Estado. A questão será depois esclarecer se abrange cartões de crédito e também de débito, - algo que, à partida, deverá acontecer - e quem é que vai mesmo pagar o aumento (podendo ficar distribuído um pouco por todos, com os bancos a perder parte da margem). Depois, há que perceber se isso tenderá a diminuir o número de terminais de pagamento nos estabelecimentos comerciais.

Subida do maço de cigarros pode rondar dez centímetros

No caso dos fumadores, estes já pagam mais, seja pelos maços, seja pelos cigarros de enrolar. A subida de imposto sobre o tabaco acabou por ser mais gravosa do que o estimado inicialmente, com o Governo a prever um encaixe adicional de 145 milhões de euros. Vai ser introduzida uma fórmula de cálculo de um montante mínimo de imposto. "A actual fórmula necessita, no entanto, de ser corrigida, passando a ter também em consideração o valor do IVA, pois caso contrário, apesar de haver um aparente montante mínimo de imposto, aquele variaria consoante as diferentes marcas em causa, não sendo homogêneo", refere o relatório. Essas alterações, segundo informações recolhidas pelo PÚBLICO, podem resultar num aumento de dez centímetros nos maços de cigarros, valor que pode mesmo subir em alguns casos até aos 20 centímetros. De resto, o preço

Encaixe extra

Em milhões de euros

IMPOSTO	RECEITA
ISP	360
I. Selo	145
I. Tabaco	80
ISV	70
C. S. Bancário	50

Fonte: OE

PÚBLICO

A abrangência da cláusula de salvaguarda relativamente ao aumento do IMI é reduzida

final irá variar por marcas e conforme as estratégias das empresas do sector, para captar fumadores, ou para não os perder. Os cigarros de enrolar voltam a ser penalizados (os cigarros de pacote não sofreram aumento no ano passado), devendo o aumento situar-se na casa dos 40 centímetros por pacote de dez gramas (tido como equivalente a um maço de 20 cigarros).

Bebidas alcoólicas ficam mais caras

O Governo vai aumentar em 3% o imposto aplicado à cerveja, às bebidas espirituosas e aos vinhos licorosos. As cervejas vão passar a pagar um imposto que começa nos 7,98 euros por hectolitro (100 litros) para os volumes de álcool mais baixos e que vai até aos 28,06 euros por hectolitro no caso dos volumes de álcool mais elevados. De acordo com uma simulação feita para o PÚBLICO pela consultora PwC, uma garrafa de gin, por exemplo (70 cl, a com 45%), que custava 20,37 euros vai passar a custar 20,52 centímetros, ou seja, mais 15 centímetros. Em 2014, o valor a pagar era de 20,22 centímetros.

Salvaguarda do IMI com impacto limitado

O Governo cumpriu a promessa eleitoral de recuperar o regime de salvaguarda relativa a aumentos do IMI decorrentes da avaliação de prédios

ou parte de prédios urbanos que sejam habitação própria e permanente do sujeito passivo. Mas a sua abrangência é reduzida. A medida só se aplica para novas reavaliações do imóvel e o brutal aumento do IMI já foi aplicado às famílias, na sequência do processo geral de avaliação dos imóveis realizada entre 2012 e 2015.

Banca paga mais, empresas são afectadas

Os bancos também vão ver as suas contas gravadas, já que há 50 milhões que serão pagos adicionalmente via contribuição sobre o sector bancário. Já no ano passado tinha havido um agravamento, e no início deste ano o Banco de Portugal tinha anunciado uma nova subida.

Outra medida penalizadora anunciada neste OE irá afectar os proprietários de bens imóveis afectos a actividades comerciais, serviços e indústria, já que vai ser feita uma correcção monetária extraordinária do valor patrimonial tributário destes prédios, o que implica um aumento do IMI a pagar.

Esta actualização será reduzida nos pequenos edifícios de comércio e serviços, mas terá algum impacto nos grandes edifícios de escritórios e centros comerciais. Estes imóveis são actualizados trienalmente.

No acordo com Bruxelas, o Governo contabiliza ainda 50 milhões de ganho com a eliminação de isenções de IMI para fundos de investimento, e outros 125 milhões por via de uma nova forma de reavaliar os activos das empresas.

Estas, que já não vão ver o IRC reduzido (fica em 21%), têm ainda dois outros pontos penalizadores: o Governo quer revogar as alterações introduzidas com a reforma do IRC ao regime de *participacion exemption*, pondo as sociedades a pagar mais imposto, e alterar o prazo de reporte de prejuízos. O regime de eliminação de dupla tributação permite que os dividendos e as mais-valias decorrentes da alienação de participações sociais estejam isentas de tributação, desde que estas participações sejam detidas em pelos menos 5% do capital ou direitos de voto e por um período não inferior a 24 meses. Agora, o limite passa para 10%, com o período de 12 meses.

Nos prazos de reporte de prejuízos, este passa de 12 para cinco anos, mas só a partir de Janeiro de 2017. **João Pedro Pereira, Luís Villalobos, Rosa Soares e Ana Brito**

que aumenta 0,5%. O imposto inclui duas componentes. Por exemplo, um automóvel até 1250 centímetros cúbicos passa a estar sujeito a uma taxa de 28,29 euros, mais 14 centímetros do que actualmente. Já no que diz respeito às emissões, a taxa (que é somada à anterior) para os automóveis que emitam entre 120 e 180 gramas de dióxido de carbono por quilómetro sobe para 86,98 euros, mais 43 centímetros.

Imposto de selo para "travar" crédito ao consumo

No âmbito do imposto do selo, as operações que incidem sobre o cré-

dito ao consumo são agravadas em 50%. Para o Governo, esta medida justifica-se "face aos elevados níveis de endividamento das famílias portuguesas". A medida vai estar em vigor pelo menos até ao final de 2018 (prevendo-se eleições em 2019) e visa "fomentar o aforro e desincentivar o endividamento com vista ao consumo". Numa simulação feita pelo PÚBLICO, um empréstimo para um automóvel que custe 25.000 euros com um crédito superior a cinco anos ficará mais caro em 125 euros. De acordo com a consultora PwC, as operações com cartão de crédito para comprar, por exemplo, uma televisão, também são abrangidas,



10 | DESTAQUE | PÚBLICO, SÁB 6 FEV 2016

OE 2016

Estado perde 175 milhões com o IVA mas quer restauração a criar emprego

Comida passa para a taxa de 13%, mas na bebida há excepções, como o álcool e os sumos, que ficam nos 23%. Medida levanta questões na taxação dos menus e traz custos com a actualização dos sistemas de facturação

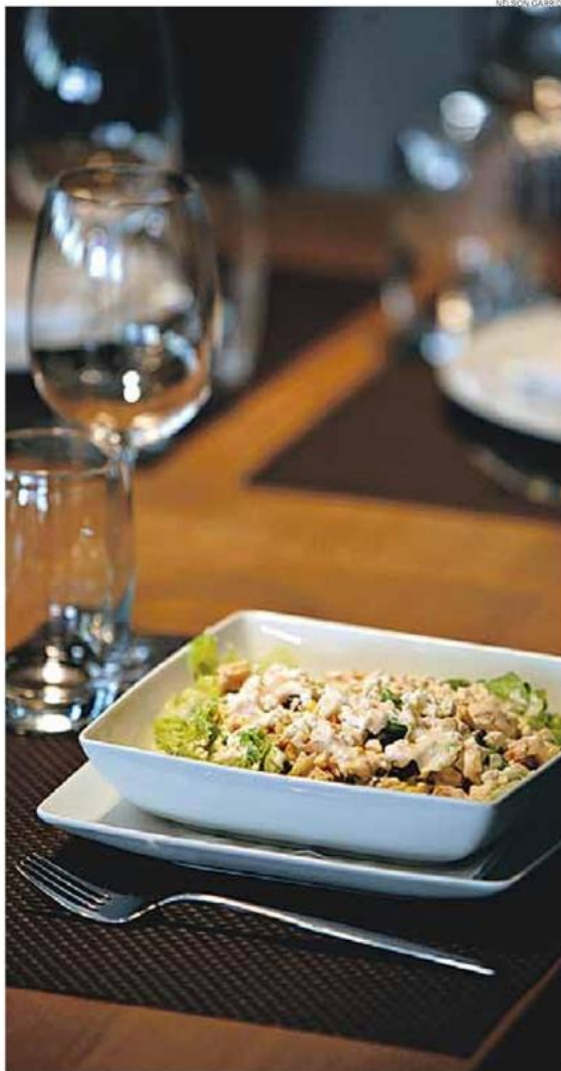
Ana Brito

O Governo está disposto a perder 175 milhões de euros de receita fiscal em sede de IVA no segundo semestre deste ano em troca de "um efeito significativo na criação de emprego". Em particular entre os jovens e os trabalhadores menos qualificados, "que enfrentam dificuldades acrescidas de integração no mercado de trabalho", refere a proposta de Orçamento do Estado (OE) para 2016, que ontem foi entregue na Assembleia da República (AR).

"Com o objectivo de promover a criação de emprego é desagravado o IVA que incide sobre a restauração", lê-se no documento. Os 175 milhões de euros eram o valor que o primeiro-ministro tinha já anunciado como perda de receita para os cofres do Estado com a entrada em vigor da redução a 1 de Julho, quando ainda se desconhecía que haveria distinção entre bebidas e comida. António Costa, no entanto, já alertara que a medida tinha maiores impactos do que o estimado inicialmente.

Passará para 13% a taxa aplicável às "prestações de serviços de alimentação e dos artigos geralmente designados por 'cafetaria'". Já a "prestação de serviços na generalidade das bebidas" continua sujeita à taxa normal (ou máxima) de 23%. Na prática, significa que, nas bebidas, a taxação será diferenciada, havendo bastantes produtos que ficam fora desta primeira fase de descida, como é o caso das "bebidas alcoólicas, refrigerantes, sumos, néctares e águas gaseificadas ou adicionadas de gás carbónico ou outras substâncias".

Por oposição, as águas sem gás, o café ou o galão e a meia de leite voltarão à taxa intermédia de 13%. Em termos anuais, a medida terá um impacto negativo de 350 milhões de euros, ou superior, caso vá avante a promessa de reduzir todas as cate-



Governo diz que a medida gerará um "estímulo económico"

gorias em 2017.

A 1 de Julho deste ano passam também para a taxa intermédia as "refeições prontas a consumir, nos regimes de pronto a comer e levar ou com entrega ao domicílio". Assegura-se assim ao designado "take away" "um tratamento uniforme com o da restauração, à semelhança do regime que vigorou até 2012", refere a proposta orçamental. A aplicação das novas regras vai "levantar muitas perguntas" no que diz respeito à sua aplicação aos chamados "menus", disse ao PÚBLICO Susana Claro da PwC. Isto porque, "embora o serviço seja só um", abre lugar à distinção entre produtos. Certo é que o novo regime irá "acarretar mais custos" para as empresas do sector, que terão necessidade de actualizar o seu software, garantiu a fiscalista.

Uma opinião partilhada pelos especialistas do escritório de advogados Vieira de Almeida (VdA) Catarina Belim e Joaquim Pedro Lampreia, que entendem também que seria desejável que houvesse "uma orientação" da administração tributária quanto à taxa que deve ser aplicada a este pacote de produtos. "Existe jurisprudência" que diz que se deve "tributar o conjunto tendo em conta o componente principal" ou tendo em conta "a perspectiva do consumidor", ou seja, aquilo que menos o penaliza.

Dando o exemplo de um menu de hambúrguer e bebida, referem que "o componente principal é claramente a comida" e, neste caso, deveria ser aplicada a taxa intermédia. "Há aqui um dilema" para o fisco, que tem de escolher "entre a receita ou entre enfrentar a jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia", dizem os fiscalistas da VdA.

Na proposta de OE, o Governo especifica que a medida entrará em vigor a partir de 1 de Julho, "tendo em vista a necessidade de adaptação dos operadores económicos, designadamente dos seus sistemas informáticos de contabilidade e facturação" e de

modo a garantir que a sua aplicação coincidirá com o início dos períodos de tributação aplicáveis a todos os sujeitos passivos do IVA".

Entre recuperação do consumo e criação de emprego, o "estímulo económico" provocado pela medida "tenderá a mitigar o impacto orçamental directo decorrente da perda de receita fiscal, que se estima em 175 milhões de euros", defende o documento. Em Janeiro, em entrevista ao PÚBLICO, o ministro da Economia, Manuel Caldeira Cabral, afirmou que "ficava preocupado" se visse a descida do IVA reflectir-se "apenas no aumento das margens" de lucro do sector.

De acordo com dados divulgados no dia 12 de Janeiro pela associação do sector, a Ahresp, antes de se saber que a descida do IVA na restauração abrangeria apenas a comida, 77,1% dos empresários do sector tinham a intenção de criar postos de trabalho em 2016, "quando a taxa do IVA [fosse] reposta nos 13%". No documento em causa nada é dito sobre a perspectiva de descer os preços, mas fala-se na "melhoria de salários e das condições de trabalho". Citando um inquérito realizado a empresários, a Ahresp dizia ainda que cerca de um terço das empresas pretendia "concretizar investimentos no negócio, seja para fazer uma remodelação do espaço (79,3%), ou para apostar em novos produtos (40,8%)".

Num estudo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo apresentada já este mês, concluiu-se que a reposição do IVA viria impulsionar "a recuperação do dinamismo ao nível dos restaurantes e dos estabelecimentos de bebidas", mas estaria longe de ajudar o sector a resolver problemas estruturais como o endividamento.

Este reforçou-se durante o período de crise e, de acordo com os dados mais recentes do Banco de Portugal, até Novembro do ano passado atingia 828 milhões de euros.



“80% dos agregados estão na gama de rendimentos em que a dedução fixa é mais favorável”

Fernando Rocha Andrade
Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais



Tabela de IRS

Escalões actualizados
à inflação de 2015

O Governo actualizou os limites dos cinco escalões de IRS à taxa de inflação registada em 2015: 0,5%. Desde 2012 que não era feita este ajustamento, que serve para impedir um agravamento da tributação por via da variação dos preços. A actualização é feita com base no valor do ano passado e não na inflação esperada para este ano (1,6%), o que significa que a reposição do poder de compra por esta via é apenas parcial.

Assim, o primeiro escalão, que até agora ia até aos 7000 euros de rendimento colectável, vai até aos 7035 euros; o segundo patamar vai dos 7035 euros até 20.100 euros; o terceiro escalão vai dos 20.100 até aos 40.200 euros; o quarto escalão começa nos 40.200 e vai até 80.000 euros (mantendo-se o limite em vigor); deste valor em diante começa, como actualmente, o quinto escalão.

Tal como o Governo já tinha avançado, as taxas de IRS não sofreram alterações, mantendo-se ao mesmo nível desde o “enorme aumento” dos impostos lançado por Vítor Gaspar para 2013.

Para este ano, o Governo está a prever que o Estado encaixe 12.379 milhões de euros em receita de IRS, menos 314 milhões de euros do que no ano passado. A queda é de 2,5%.

Por um lado, há um efeito positivo na base tributável por causa do aumento previsto para o emprego, da evolução dos salários e do nível dos preços. Por outro, há um impacto negativo que resulta da redução da sobretaxa de IRS (menos 430 milhões de euros de receita) e, diz o Governo, dos “efeitos diferidos para 2016 da introdução do quociente familiar e do alargamento das deduções à colecta em 2015 (200 milhões de euros)”. P.C.

Fim do quociente familiar é bom ou mau para a classe média? Depende da “classe média”

Pedro Crisóstomo

Para quem recebe mais de 900 euros, “genericamente” o reforço da dedução não compensa o quociente familiar, conclui a PwC

O fim do quociente familiar no IRS e o reforço da dedução por filho para 550 euros, que o substitui, vai beneficiar ou prejudicar as famílias com filhos? A resposta não é linear e, por isso, o Governo assume que nuns casos haverá agravamento e noutros uma redução do imposto. À interpretação de que a mudança prejudica a classe média, o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Fernando Rocha Andrade, deu ontem uma resposta política: tudo depende de como se define a “classe média”.

A ideia que está por detrás desta mudança – fazendo regressar o quociente conjugal como método para dividir o rendimento e calcular a taxa do imposto a pagar – é evitar a “regressividade” que o PS contestava no quociente familiar introduzido com a reforma do IRS (sistema em que o rendimento é dividido pelo número de membros do agregado familiar, e que se aplica este ano pela primeira vez, relativamente aos rendimentos de 2015).

Com o fim do quociente familiar, os filhos deixam de ser tidos em conta na divisão do rendimento, havendo, em contrapartida, um aumento da dedução fixa por dependente para 550 euros, em vez dos actuais 325 euros.

Simulações realizadas pela consultora PwC mostram que quem mais beneficia com esta mudança “são os contribuintes com rendimentos mensais de aproximadamente 900 euros ou inferiores [até ao limite dos que não pagam IRS porque têm rendimentos muito baixos], uma vez que, para estes, o benefício excede a perda (que é residual) decorrente da substituição do quociente familiar pelo quociente conjugal”,



O Governo admite aumentar a dedução por filho no IRS

enquandra a fiscalista Ana Duarte, da PwC.

Já para os níveis de rendimento superiores a este limiar, “genericamente o benefício da dedução fixa por dependente é insuficiente para compensar a perda decorrente da eliminação do quociente familiar”, explica a fiscalista. Se não for considerado o efeito da redução da sobretaxa de IRS, isso levaria a um aumento da carga fiscal.

“Esta perda é mais acentuada para os agregados com mais dependentes e com níveis de rendimento mais elevados, uma vez que nestes casos o benefício da descida da sobretaxa (que pode mesmo ser inexistente) não compensa o aumento de imposto que decorre da abolição do quociente familiar”, adianta Ana Duarte.

A questão sobre o resultado desta mudança na “classe média” foi suscitada depois de a Associação Portuguesa das Famílias Numerosas, defensora do quociente familiar, vir assumir que a “esmagadora maioria das famílias portuguesas com filhos sofrerá agravamento de IRS”.

Coube ao secretário de Estado dos Assuntos Fiscais fazer a defesa política da medida. Na conferência de imprensa de apresentação do Orçamento, Fernando Rocha Andrade insistiu que a medida beneficia quem ganha menos e que, assumidamen-

te, pode prejudicar os rendimentos mais elevados.

Para esvaziar a leitura de que a “classe média” fica prejudicada, Fernando Rocha Andrade convocou o seu sentido político para responder às críticas: “Se isto é bom ou mau para a classe média, depende de como define classe média.” E ironizou: “Eu acredito que se a classe média for definida pelos rendimentos das pessoas que estão nesta mesa [ministro e secretários de Estado] ou pelas pessoas que comentam estas notícias nas televisões, essa classe média é eventualmente prejudica-

da, se tiver filhos.” Mas a medida do Governo, contrapôs, pretende antes centrar-se numa “outra classe média que ganha 900, mil ou 1100 euros por mês”.

“Se a classe média forem só médicos e advogados, de facto, esta medida prejudica a classe média. Mas essa classe média são 10% ou 15% dos agregados familiares em Portugal. A classe média a que nós nos dirigimos – e para quem esta medida é francamente mais positiva – é a classe média que, infelizmente, devido ao baixo nível dos rendimentos que ainda hoje existem em Portugal, não tem rendimentos da ordem dos 2000, 2500 ou 3000 euros de salário mensal”, sustentou o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

Melhorar a dedução

Segundo Fernando Rocha Andrade, “80% dos agregados familiares estão claramente na gama de rendimentos em que este mecanismo de dedução fixa por filho é mais favorável do que o regime actual”. Um exemplo? “Um casal de trabalhadores que tenham apenas rendimento de trabalho dependente e cujo rendimento anual global seja de 22.200 euros não tem hoje nenhum benefício com o quociente familiar; e se tiver dois filhos passará a ter uma redução de IRS de 450 euros no total”.

O valor definiu a dedução fixa por filho nos 550 euros partindo do pressuposto de que há neutralidade fiscal em relação ao impacto trazido por esta medida em 2015. Mas admite aumentar este valor ainda durante a discussão do Orçamento do Estado na especialidade, em função dos números finais da liquidação de IRS dos rendimentos de 2015, a apurar este mês.

O Governo estima que o fim do quociente familiar dá uma “poupança” de cerca de 250 milhões de euros; o reforço da dedução representa uma “despesa fiscal” idêntica. Como o Governo quer que o impacto da substituição do quociente familiar seja neutro na receita, o valor da dedução poderá vir a ser acertado (sempre acima dos 550 euros) em função do montante final.

550

A dedução por filho no IRS é reforçada para 550 euros. O quociente familiar acaba

-2,5%

A receita de IRS deverá baixar pelo segundo ano consecutivo, caindo 2,5%, para 12.379 milhões



12 | DESTAQUE | PÚBLICO, SÁB 6 FEV 2016

OE 2016

Governo promete a Bruxelas reduzir mais 10 mil funcionários

Regra que apenas permite uma entrada por cada duas saídas será recuperada para poupar 100 milhões de euros

Raquel Martins

O Governo queria estabilizar o número de funcionários públicos e eliminar as restrições às admissões no Estado, mas afinal vai ter de reduzir o número de trabalhadores, na expectativa de poupar 100 milhões de euros. A recuperação da regra dois por um (aplicada pela primeira vez no governo de José Sócrates e que apenas permite uma entrada por cada duas saídas) foi uma das cedências de última hora do Ministério das Finanças para convencer Bruxelas a dar luz verde à proposta de Orçamento do Estado (OE).

Esta terá sido uma das últimas medidas a ser acordada, dado que na proposta de Lei do OE e no relatório que a acompanha, que on-

tem deram entrada na Assembleia da República a regra dois por um não aparece. E nem os quadros com as medidas orçamentais para 2016 contabilizam o impacto esperado. Na proposta de lei desapareceram todos os artigos relacionados com o controlo de recrutamento de trabalhadores e com os procedimentos concursais na administração central.

O controlo das entradas apenas consta da carta enviada pelo ministro das Finanças ao vice-presidente da Comissão Europeia, onde o Governo se compromete a tornar "mais eficiente" a política de recursos humanos na Administração Pública e a aplicar "a regra de contratação de um trabalhador por cada dois trabalhadores que deixem a Administração Pública". O que na prática significa que o executivo se compromete a reduzir o número de

funcionários, quando o objectivo inicial era mantê-lo.

Ao longo dos últimos quatro anos, a administração pública perdeu 10,7% dos seus trabalhadores (quase 20 mil por ano), superando as metas anuais de 2% impostas pela troika. Durante a conferência de imprensa para apresentar o OE, o ministro das Finanças, Mário Centeno, escusou-se a concretizar a redução de funcionários públicos agora esperada. "O número e o objectivo final dependerão daquilo que forem as saídas a ocorrer ao longo de 2016", começou por afirmar.

Perante a insistência dos jornalistas, Centeno acabou por adiantar que a Caixa Geral de Aposentações estima que 20 mil funcionários públicos se reformem. Com a regra de dois por um, só podem ser admitidos 10 mil trabalhadores novos, pelo que a saída líquida deverá rondar os 10 mil trabalhadores. O ministro apenas está a contar com a saída por aposentação, que representa a principal razão para os trabalhadores deixarem o Estado, mas há outras como o fim de contratos não permanentes ou a saída voluntária.

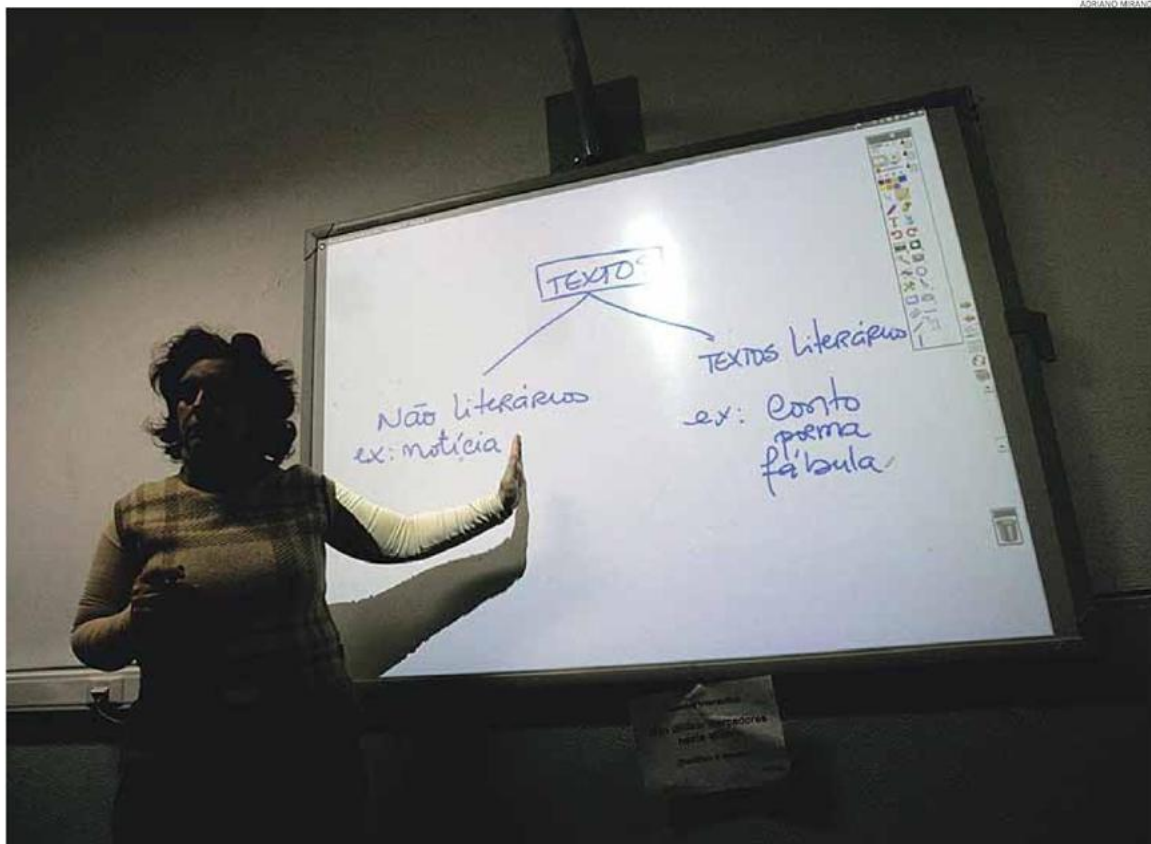
O que dizia o programa?

No programa de Governo, a intenção era eliminar as restrições à contratação dos efectivos necessários da administração pública central, regional e local "sem implicar aumento dos custos globais com pessoal" e falava-se na necessidade de valorizar o exercício de funções públicas, com a admissão de jovens quadros. O próprio Ministério das Finanças tinha confirmado recentemente a possibilidade de lançar ainda este ano concursos de âmbito nacional para jovens licenciados.

No esboço do OE enviado para Bruxelas o Governo falava na "estabilização do número de funcionários públicos, permitindo uma mais eficiente realocação de emprego na Administração Pública".

Posteriormente, numa versão preliminar do OE com data de 30 de Janeiro, o Governo remetia mesmo para regulamentação futura as situações em que poderiam ser abertos concursos a pessoas exteriores ao Estado. Todas estas expectativas poderão sair goradas, mantendo-se as restrições para os serviços fazerem face às suas necessidades de pessoal.

A recuperação da regra dois por um poderá gerar controvérsia com o PCP. Na posição conjunta assinada



Ao longo dos últimos quatro anos, a administração pública perdeu 10,7% dos seus trabalhadores



135

A descida da TSU para os trabalhadores que ganham menos iria custar 135 milhões aos cofres da Segurança Social

Redução da TSU dos trabalhadores com salário até 600 euros adiada para 2017

Raquel Martins
e Maria João Lopes

No complicado puzzle de construir um Orçamento que agrade a Bruxelas e aos partidos que apoiam o Governo, António Costa acabou por adiar a redução da Taxa Social Única (TSU) paga pelos trabalhadores com salários até 600 euros. A medida, que colocaria no bolso destes trabalhadores, no máximo, mais 125 euros no final do ano (se a TSU de um salário de 600 euros baixasse de 11% para 9,5%), permitirá à Segurança Social poupar 135 milhões de euros.

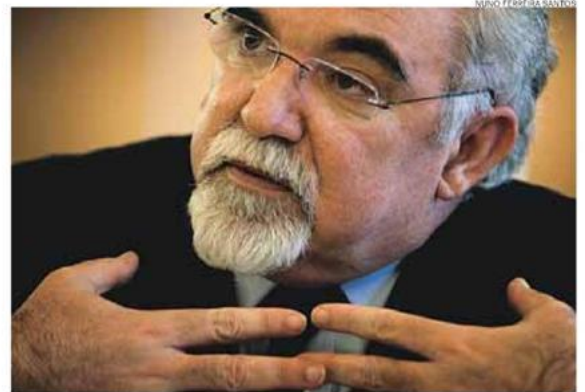
Ao todo, o ministério de Vieira da Silva contribuirá com 245 milhões de euros para as poupanças adicionais exigidas pela Comissão Europeia (CE) para dar luz verde ao Orçamento do Estado para 2016.

Na conferência de imprensa para apresentar a proposta de OE, o ministro Mário Centeno explicou que o debate em torno da redução da TSU dos trabalhadores com salários mais baixos, que abrangeria mais de um milhão de pessoas, será integrado na discussão sobre a diversificação das fontes de financiamento da Segurança Social que, em breve, será iniciada na concertação social. Na melhor das hipóteses a medida entrará em vigor em 2017.

Mas se o adiamento da redução dos descontos é vista com bons olhos em Bruxelas, por cá o Bloco de Esquerda já deixou claro que será necessário encontrar, durante o debate na especialidade do OE, outras medidas que permitam repor o rendimento dos salários mais baixos. Do lado do PCP, o Governo não deverá encontrar entraves, uma vez que o partido diz que sempre discordou de medidas que reduzem as receitas da Segurança Social.

No relatório que acompanha a proposta de OE, que ontem deu entrada no Parlamento, foram introduzidas mais duas medidas da área da Segurança Social para compensar a perda de receita decorrente das opções do Governo.

Ao longo de 2016, o Governo promete reforçar o controlo das baixas por doença, com o objectivo de re-



Vieira da Silva promete retomar o tema da convergência de pensões

duzir a fraude e reduzir a despesa com esta prestação em 60 milhões de euros. O executivo lembra que a despesa com subsídio por doença aumentou "cerca de 65 milhões de euros (+17%)", entre 2013 e 2015, uma subida que ficou a dever-se, "em grande medida", a uma diminuição do número de beneficiários convocados para se apresentarem a junta médica.

O processo de declaração de remunerações à Segurança Social também será alterado durante o primeiro semestre. Na nova Declaração Mensal de Remunerações vai recorrer-se ao pré-preenchimento dos dados, tal como acontece com a declaração de rendimentos, e haverá uma validação inicial para detectar subdeclaração de rendimentos. O objectivo é reduzir a evasão fiscal, o que permitirá, nas estimativas do executivo "alcançar uma cobrança adicional de contribuições e quotizações de 50 milhões de euros".

Além destas medidas de emergência, Vieira da Silva tem um vasto programa que já foi iniciado no início do ano com a reposição da fórmula de actualização das pensões que dá um aumento de 0,4% às reformas até 628 euros, o aumento de algumas prestações sociais (RSI, CSI, abono de família) e a subida do salário mínimo para 530 euros.

Em 2016, o ministro do Trabalho e da Segurança Social compromete-se a retomar o percurso de convergência entre os sistemas de pensões da

função pública e do regime geral.

Haverá ainda um reforço da formação e educação de adultos, em linha como previsto no programa do Governo, que se traduzirá num aumento de 12,4 milhões de euros (para 100,4 milhões de euros) no orçamento dos centros de formação profissional. Este aumento, diz o ministério, é justificado pelo "aumento da actividade formativa, designadamente do número de horas de formação de longa duração a desempregados, tendo em vista a melhoria da sua empregabilidade".

A Segurança Social vai beneficiar da redução da taxa de desemprego para 11,3% em 2016 (menos um ponto percentual do que em 2015), permitindo-lhe gastar menos 152 milhões de euros com subsídios de desemprego e apoios ao emprego. Já despesa com pensões deverá aumentar 484 milhões de euros.

As contribuições e quotizações vão crescer mais de 800 milhões de euros (mais 5,7% face a 2015), resultado da variação positiva do emprego (0,8%), da recuperação dos rendimentos e da nova declaração mensal de remunerações. Neste valor, já foi descontado o custo da redução da TSU para as empresas com trabalhadores a receber salário mínimo.

O saldo da Segurança Social melhorará em 88,96 milhões de euros, passando de um saldo global de 1028 milhões de euros para 1117 milhões.

com o PS, em Novembro, a eliminação das restrições de contratação na Administração Pública central, regional e local tinha sido uma das áreas onde não houve acordo, embora ambos os partidos reconhecessem convergência de objectivos. Agora nem essa convergência existe.

Progressões "até 2018"

Na prática, este ano, a vida dos funcionários públicos não vai mudar assim tanto. A grande diferença que sentirão face a 2015 é que em Outubro ficarão livres dos cortes salariais e parece certo que o seu horário semanal vai reduzir-se de 40 para 35 horas.

De resto, mantêm-se as restrições dos últimos anos - "como medida de equilíbrio orçamental" - pelo que as progressões e os prémios continuam congelados (embora haja algumas excepções, tal como em anos anteriores), o trabalho suplementar continuará a ser remunerado pela metade e o subsídio de Natal será pago em duodécimos.

Apesar disso, o executivo insiste numa das suas promessas eleitorais para a reintrodução das progressões na carreira até 2018. Embora mantenha as progressões congeladas em 2016, "cabe ao Governo definir uma estratégia plurianual de valorização da função pública, com vista, nomeadamente, à reintrodução das progressões de carreira até 2018", lê-se na proposta de lei do OE.

Escolha do subsídio de Natal

No subsídio de Natal, o Governo também reformulou a sua posição inicial. Numa das versões do OE que estiveram em cima da mesa, era eliminada a imperatividade do pagamento do subsídio de Natal em duodécimos para os funcionários públicos e pensionistas da Caixa Geral de Aposentações. Dizia-se ainda que o pagamento repartido em 2016 era transitório, "até que seja prevista a faculdade de opção pelo trabalhador pelo pagamento integral, num único mês".

Na versão final fica claro que o regime é imperativo, remetendo o direito de opção para mais tarde, provavelmente 2017.

O Governo dá prioridade à reorganização dos serviços da administração pública no âmbito do Simplex, que custará 400 milhões de euros ao Estado, mas gerará poupanças de cerca de mil milhões de euros com os ganhos decorrentes da partilha de serviços.

Identificar os precários do Estado

O Governo quer lançar uma estratégia de combate à utilização de vínculos precários no Estado durante este ano e dá seis meses aos serviços para identificarem o número de trabalhadores nesta situação. A medida está prevista na proposta de Orçamento do Estado (OE) para 2016 que o ministro das Finanças entregou ontem à tarde na Assembleia da República.

No capítulo sobre a função pública, o executivo de António Costa pede aos serviços para promoverem, no prazo de seis meses, "um levantamento de todos os instrumentos de contratação utilizados pelos serviços, organismos e entidades da Administração Pública, nomeadamente com recurso a contratos emprego-inserção, estágios, bolsas de investigação ou contratos de prestação de serviços".

A informação sobre este tipo de vínculos é escassa. O último boletim estatístico publicado pela Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) mostra que em Junho do ano passado havia 22.182 trabalhadores a recibos verdes na administração central, nas autarquias e nos organismos da administração regional (quase mais 1600 do que os identificados em 2014). A maior parte das prestações de serviço (16.000) concentravam-se nos organismos do Estado central.

Quanto aos contratos emprego-inserção (uma medida do Instituto do Emprego e Formação Profissional para desempregados de longa duração), o único número conhecido foi revelado, também em Junho de 2015, pelo então secretário de Estado da Administração Pública. Na altura, Leite Martins dava conta de 46 mil pessoas nesta situação nos serviços da administração central e local.

R.M.



14 | DESTAQUE | PÚBLICO, SÁB 6 FEV 2016

OE 2016

Há pelo menos 15 anos que não havia um Orçamento sem privatizações

Raquel Almeida Correia

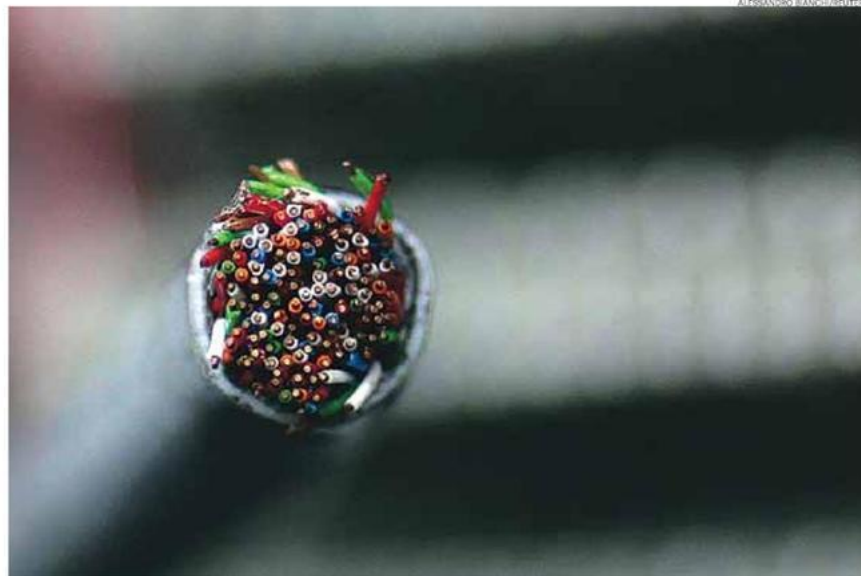
Governo só quer concessionar duas empresas para encaixar 130 milhões, mas apenas uma é novidade: a IP Telecom

Depois de o anterior Governo ter arrecadado quase dez mil milhões de euros com privatizações, o executivo de António Costa apresentou ontem um Orçamento do Estado (OE) totalmente omissivo no que toca à venda de participações em empresas públicas. Não há registo de uma ausência desta magnitude desde há pelo menos 15 anos. A única novidade quanto à gestão da carteira empresarial do Estado é a concessão da IP Telecom, à qual se junta a antiga promessa de entregar a privados a Silopor. Duas operações com as quais o actual Governo espera arrecadar 130 milhões de euros.

Uma análise feita pelo PÚBLICO aos OE apresentados desde 2001 revela que em todos constava um programa de privatizações, mais ou menos ambicioso. No documento entregue ontem pelo Governo na Assembleia da República, refere-se apenas que "a racionalização das participações públicas deverá passar pela dinamização do papel do Estado na sua gestão e pelo aumento da eficácia dos processos de acompanhamento e controlo das empresas de capital público".

O executivo frisa ainda que devem ser aprofundados "os mecanismos de acompanhamento das participações públicas", com especial atenção para "aquelas que se revistam de um especial interesse estratégico". O Estado deve "assegurar a manutenção de participações maioritárias nestas empresas", lê-se no documento.

E, por isso, era referido que o Governo iria prosseguir "as negociações com o consórcio vencedor do processo de reprivatização da TAP, com o objectivo de garantir a titularidade sobre a maioria do capital



Executivo de António Costa quer entregar gestão da IP Telecom a privados

social". No entanto, ontem ficou a saber-se que recuou nesta intenção, chegando a um acordo com os novos accionistas da companhia de aviação, que dará ao Estado apenas 50% do capital (ver texto na página ao lado).

Uma nova concessão

A única novidade no OE no que diz respeito à gestão das participações do Estado em empresas é a concessão da antiga Refer Telecom, que ganhou a designação de IP Telecom com a fusão da Refer com a Estradas de Portugal. O anterior Governo também chegou a estudar uma solução deste tipo para a empresa, que presta serviços de telecomunicações e tecnologias de informação. No entanto, nunca ficou definido se se trataria de uma concessão ou de uma venda, mesmo que parcial.

No relatório que acompanha o OE para 2016, o executivo de António Costa explica, em parte, a previsão de aumento da receita não fiscal com a "concessão a terceiros da exploração da IP Telecom". Espera-se

que esta operação renda receitas de 90 milhões de euros, juntando-se à já antiga promessa de entregar a privados a gestão da Silopor, avaliada em 40 milhões.

Fim do travão aos custos

Ainda em relação às empresas públicas, o OE deste ano confirma, tal como a versão preliminar já referia, que vão ser eliminadas as metas de cortes de custos que tinham sido impostas pelo anterior Governo. Ao contrário do que tem sucedido nos últimos anos, em que a lei impõe tectos para a redução das despesas, o actual executivo pede apenas que o sector empresarial do Estado mantenha a "optimização da estrutura".

No articulado refere-se que "durante o ano de 2016, as empresas públicas (...) devem prosseguir uma política de optimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional". Desta exigência ficam apenas exceptuados, como tem sempre acontecido, os hospitais entidades públicas

empresariais. No OE para 2015, da responsabilidade do anterior Governo PSD/CDS, especificava-se que, no caso de empresas deficitárias, os custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, dos fornecimentos e serviços externos e com pessoal deveriam ser encolhidos em 15% face a 2010.

No que diz respeito ao endividamento, o OE para 2016 mantém exactamente a mesmas balizas inscritas no Orçamento do ano passado: um limite de 3% no crescimento da dívida das empresas públicas, que ronda os 30 mil milhões de euros. Já no que diz respeito à contratação de pessoal, o articulado repete o que constava no Orçamento do Estado do ano passado, exigindo que se prossiga "uma política de ajustamento dos seus quadros de pessoal, adequando-os às efectivas necessidades de uma organização eficiente". Não veda, no entanto, a entrada de novos trabalhadores em "situações excepcionais, devidamente fundamentadas", embora não especifique em que medida.

Custos das PPP sobem 13,7%

Os custos do Estado com as parcerias público-privadas (PPP) vão aumentar quase 14% este ano, para perto de 1700 milhões de euros, refere o relatório que acompanha o Orçamento do Estado (OE) para 2016. De acordo com o documento, os encargos ascenderão a 1690 milhões de euros, o que é comparável com os 1487 milhões registados em 2015. O maior aumento é da responsabilidade das PPP rodoviárias, cuja despesa passa de 1005 para 1206 milhões de euros este ano (mais 20%).

O executivo justifica, em parte, a subida com a "redução da estimativa de receitas adicionais de portagem relativas às concessões da Costa de Prata e do Norte Litoral". O cálculo inclui ainda o impacto dos processos de renegociação de nove concessões rodoviárias já concluídos, bem como das subconcessões, que ainda estão em curso. Além das estimativas de receitas com portagens, é ainda tida em conta a projecção dos encargos acrescidos com grandes reparações e o valor estimado com compensações a pagar pelo Estado. Sobre a renegociação das concessões rodoviárias o relatório refere que a conclusão dos nove processos, iniciada pelo anterior Governo, "pode ascender a cerca de 722 milhões de euros".

O sector da saúde é o segundo que mais pesa nos encargos, representando 426 milhões em 2016 (um ligeiro decréscimo face aos 429 milhões do ano passado). A PPP da segurança, a Rede de Emergência e Segurança de Portugal (Siresp), representará custos de 49 milhões este ano (45 milhões em 2015) e o sector ferroviário (concessão da rede de metropolitano ligeiro da margem sul) implicará encargos de nove milhões. **R.A.C.**



Estado paga 1,9 milhões para ficar com 50% da TAP

Luísa Pinto
e Raquel Almeida Correia

O Governo já chegou a acordo com o consórcio Atlantic Gateway, dos empresários David Neeleman e Humberto Pedrosa, nas negociações para a reverter o processo de privatização da TAP. O Estado vai pagar 1,9 milhões de euros para ficar com 50% das acções da companhia de aviação e Fernando Pinto deverá manter-se na presidência da empresa.

Além dos 50% que o Estado passará a deter, 5% do capital da TAP está reservado aos trabalhadores, como prevê a lei-quadro das privatizações. Caso haja adesão total à venda dessa tranche, que ainda terá de ser concretizada, o consórcio privado ficará limitado a uma participação de 45% na transportadora aérea.

Ainda assim, a intenção é que a gestão da TAP permaneça pri-

vada. "O Estado passa a ter 50% das acções da TAP e o conselho de administração será paritário (seis elementos nomeados pelo Estado e seis pelo consórcio). A gestão da TAP tem sido de natureza privada e está bem entregue", disse ao Expresso o ministro do Planeamento e das Infra-estruturas, Pedro Marques. O mesmo jornal adiantou que o Estado terá voto de qualidade nas decisões estratégicas e direito a nomear o presidente, que, ao que PÚBLICO apurou, continuará a ser o gestor brasileiro Fernando Pinto.

O resultado das negociações será apresentado hoje às 9h30, numa conferência de imprensa liderada pelo primeiro-ministro, António Costa, e que contará ainda com a presença do ministro do Planeamento e das Infra-estruturas, Pedro Marques, e do ministro das Finanças, Mário Centeno. Também David Neeleman e Humberto Pedrosa estarão no encontro.

Este acordo dá por terminadas as negociações que começaram no ano passado, depois de o PS ter formado Governo. A venda da TAP foi concluída em meados de Novembro, poucos dias antes da queda do executivo de Passos Coelho, que já em 2012 tinha tentado alienar 100% da transportadora aérea.

O Governo de António Costa tinha a reversão da privatização inscrita no seu programa. Mas o objectivo era voltar a deter a maioria do capital. No final do ano passado, o primeiro-ministro garantiu, em conferência de imprensa, que o Estado iria "retomar 51% do capital" da TAP. "A execução do programa do Governo não está sujeita à vontade de particulares que resolveram assinar um contrato com o Estado português, numa situação no mínimo precária, visto que estavam a assinar com um Governo que tinha sido demitido na véspera", afirmou na altura.

Mas, no mês passado, o discurso do ministro do Planeamento e das Infra-estruturas foi aligeirado. No Parlamento, Pedro Marques disse que considerava "importante a participação de um parceiro privado minoritário na empresa", admitindo a "possibilidade de partilhar a gestão". **com Hugo Daniel Sousa**



Consórcio privado poderá ficar apenas com 45% do capital se os trabalhadores aderirem à venda dos 5% que lhes estão reservados

O antecessor de António Costa conseguiu coisas impressionantes

Angela Merkel
Chanceler alemã



António Costa encontrou-se ontem com Angela Merkel em Berlim. O Orçamento fez parte da conversa



Por António Bagão Félix

A "Circulatura" do quadro

A página da austeridade não foi virada, como disse o PM. Foi recomposta. Uma austeridade mais anestesiada e, na aparência, "light". Mas a verdade é que a pressão fiscal será maior. A proposta de OE é bem diferente do esboço e foi possível introduzir-lhe algum realismo económico e mais prudência previsional. Medidas "simpáticas" deslizaram ou desapareceram, se comparadas com o programa do PS. O Estado deve 130% da riqueza anual do País e contribuímos com 4,5 € para pagar juros da dívida pública por cada 100 € que produzimos. Assim, as condicionantes e restrições são enormes. Não tenhamos dúvidas: com este garrote, dificilmente há OE's amigos. Apesar de tudo, o acordo com reservas (semáforo amarelo intermitente) alcançado em Bruxelas é positivo. Estamos sujeitos a regras europeias objectivas. Mas prova-se que ao TINA ("There Is No Alternative") se pode contrapor o TIPPA ("There Is Partial Alternative"). Por isso, é que, em democracia, os governos são diferentes. Solução fiscal: mais impostos indirectos. Logo, mais regressivos não distinguindo classes sociais, ainda que permitam alguma escolha na decisão de consumo comparativamente à tributação directa que saca do contribuinte, sem apelo nem agravo. Uma coisa é certa: classe média e PME serão o "ganho" a denpar. Aprovado o OE 16 (se não houver surpresas na especialidade...), vem o prato forte: a sua execução. Aí se joga o OE 17 e a coesão da maioria de esquerda. Abandonada a quadratura do círculo (o esboço), temos agora a "circulatura" do quadro (a proposta e a execução).



Por Ricardo Cabral

Ano novo vida nova?

O acordo que o Governo obteve com a Comissão Europeia representa uma importante vitória. O risco de ser recusado pela Comissão Europeia era grande. O Governo, que tomou posse num clima de grande cepticismo, bem como os partidos que o apoiam, mostraram que é possível alterar a estratégia orçamental ainda que ligeiramente. O primeiro-ministro mostrou habilidade política, ao procurar chegar a consenso com a Comissão e, estrategicamente, ao visitar Angela Merkel na Chancelaria em Berlim, quase que parece para selar o negócio.

Apesar das críticas que se fizeram ouvir, a estratégia orçamental do Governo parece fazer sentido do ponto de vista macroeconómico. Resulta num aumento dos rendimentos dos portugueses com mais baixos salários e pensões. Esses portugueses provavelmente irão gastar todo o rendimento adicional que receberem, maioritariamente em bens e serviços produzidos em Portugal, sentindo uma melhoria ligeira das suas vidas e, nesse processo, contribuindo para animar a actividade económica nacional. O Governo aumenta alguns impostos sobretudo sobre bens com forte componente importada ou sobre rendimento que beneficiava de isenções fiscais. Ou seja, procura estimular a actividade económica doméstica sem que daí advinha um crescimento exagerado das importações. A ver vamos se resulta.

O Orçamento disponível no site da DGO aumenta a despesa pública corrente em 2450 milhões de euros (~1,4% do PIB), o que deveria ser suficiente para por a economia a crescer mais rápido em 2016 e 2017. Não sei no momento que escrevo se esse aumento de despesa sobreviveu aos cortes de Bruxelas de última hora. A redução do défice para 2,2% do PIB parece exagerada, mas terá sido necessária para o acordo.



16 | DESTAQUE | PÚBLICO, SÁB 6 FEV 2016

OE 2016

O que vai mudar nas políticas dos ministérios

O investimento em Educação continua a cair, embora muito menos que no mandato de Nuno Crato. Na Cultura, a RTP vai absorver mais de metade do orçamento do novo ministério

Saúde Médicos aposentados que voltem ao SNS com pensão e 75% do salário

Até agora, os médicos aposentados que aceitassem regressar ao SNS podiam acumular a pensão com apenas um terço do salário ou a totalidade do salário com um terço da pensão. A partir deste ano, além da pensão, vão receber 75% do valor da categoria em que estavam na data em que se reformaram. Se trabalharem em *part-time*, recebem o valor correspondente. O ministro já tinha avançado este cenário, mas na altura ainda estavam a negociar com as Finanças a possibilidade de pagar 100% do salário. A medida é transitória. Para os utentes, haverá diferenças nas taxas moderadoras, que baixam "até ao limite de 25% do seu valor total". Os dadores de sangue e bombeiros ficam isentos de qualquer pagamento e quando o doente vai a uma primeira consulta hospitalar referenciado pelos cuidados primários também deixa de pagar, assim como não pagará os actos complementares de diagnóstico que tenha de fazer no hospital de dia. Quem chega a uma urgência hospitalar através do INEM, do Centro de Atendimento do SNS (Linha Saúde 24) ou dos cuidados primários, também não paga taxa, inclusive pelos exames – que até agora eram pagos em algumas situações. No total, o SNS vai contar com 7922,6 milhões de euros (mais 0,6%). **R.B.S.**

Educação Perde mais de 80 milhões de euros

O investimento público em Educação sofre novo decréscimo. A quebra na despesa é de cerca de 80 milhões de euros. Este valor fica aquém do corte de 700 milhões previsto no Orçamento anterior, mas o novo Governo não

inverte o ciclo de desinvestimento. O programa do Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar prevê despesas de 5843,3 milhões de euros no sector, um valor mais alto do que o inscrito em 2015 (5539,5 milhões). No entanto, o número fica aquém da execução provisória de 2015 – 5925 milhões de euros. Assim sendo, a quebra de despesa em Educação prevista é de 1,4% durante este ano. Em 2015, o corte tinha sido de 11,3%. Uma das rubricas com maior crescimento é a das verbas destinadas aos colégios. As transferências para o ensino particular e cooperativo devem registar um aumento de 6%. O OE prevê a criação de um Programa de Educação e Formação de Adultos – os socialistas recuperam assim uma aposta que já tinha sido feita nos seus últimos governos, com o programa Novas Oportunidades. O Governo antecipa ainda o desenvolvimento de um Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar, a universalidade da oferta da educação pré-escolar dos três aos cinco anos, a revisão dos currículos do ensino básico, a generalização da Escola a Tempo Inteiro em todo o básico, ou o Programa de Desenvolvimento do Ensino Artístico Especializado. É confirmada a intenção de criação de um novo sistema de recrutamento e vinculação dos docentes, revogando o regime de requalificação, bem como a avaliação do processo de transferência de competências para as autarquias no básico e secundário. **S.S.**

Ensino superior Menos restrições às contratações de pessoal

As universidades e politécnicos vão ter menos dificuldades na contratação de pessoal. O Governo autoriza a contratação de docentes e investigadores, desde que a despesa das instituições não seja maior do que o valor mais alto gasto com pessoal

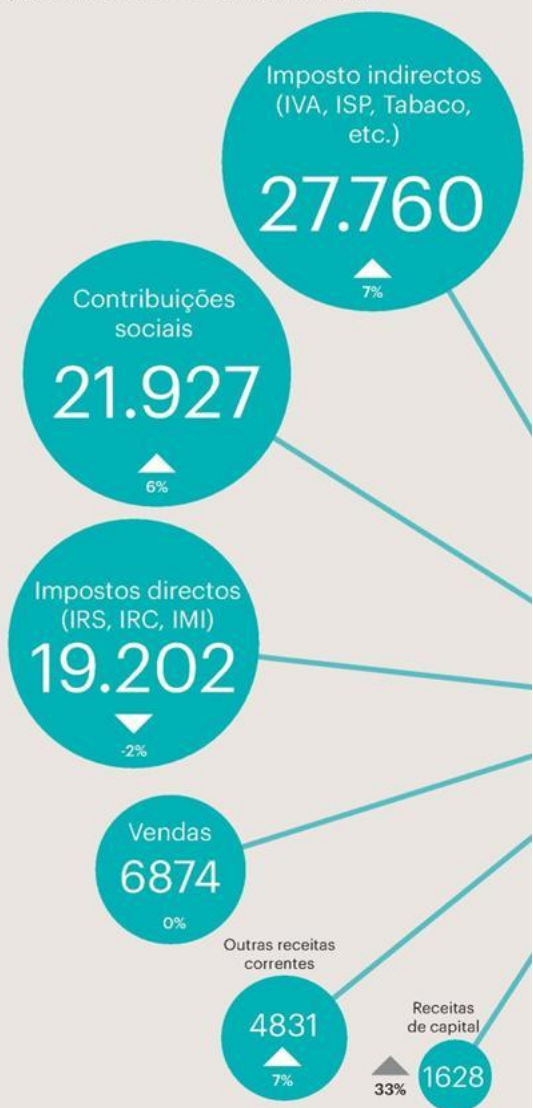
num dos últimos três anos. O documento prevê também um reforço de 3,6% da verba destinada ao ensino superior e ciência. O OE sublinha a aposta do Governo no rejuvenescimento do quadro de docentes, garantindo que "serão adoptadas medidas adequadas para inverter a tendência de redução do número de docentes". Em termos orçamentais, o OE destina 2254,6 milhões de euros para o programa da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, um acréscimo de mais de 77 milhões. Este será o último ano em que o orçamento do superior será definido pelo OE: decorrem negociações com universidades e politécnicos para a criação de um novo quadro de financiamento plurianual que começará em 2017 e se prolongará até ao final da legislatura. **S.S.**

Ciência Contratação de 400 doutorados

A Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), a principal instituição pública financiadora do sistema científico português, terá 425,7 milhões de euros reservados em 2016, de acordo com o OE. Desse dinheiro, até 13,45 milhões poderão ser gastos na contratação de 400 investigadores. Com estas "400 novas contratações de doutorados" para instituições públicas e privadas, o Governo pretende promover o emprego científico e contratar assim a precariedade laboral dos investigadores, refere o documento. O montante de 425,7 milhões é semelhante ao de 2015 (426,5 milhões de euros), ainda na liderança de Passos Coelho. Mas a estes valores há ainda que juntar uma fatia importante do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (Feder) – por isso, em 2016 a FCT irá gerir um orçamento total de 502 milhões de euros (incluindo cerca de 77 milhões do Feder) e, no ano passado, teve orçamentado 479

As contas de 2016

O Governo apresentou despesas semelhantes às de 2015 (uma descida em torno dos 300 milhões de euros, menos de meio por cento). As previsões de receitas apontam para uma subida de 4%. Contas feitas, o défice ficará nos 4125 milhões.



Fonte: Orçamento de Estado para 2016

**Economia**

Veja aqui todas as notícias sobre o Orçamento do Estado 2016
www.publico.pt

86.347

milhões de euros

Défiçe -41252,2%
do PIBReceita
total**82.221**
milhões de euros

4,2%

**Despesa
total**

-0,3%

Prestações
sociais**34.922**

1%

Despesas
com pessoal**20.607**

3%

Consumo
intermédio**11.525**

9%

Juros
da dívida**8489**

0%

Outras despesas
correntes**5178**

5%

Despesas
de capital**4494**

-38%

Subsídios

1132

25%

milhões (incluindo 53 milhões do Feder). Resta agora saber quanto do dinheiro orçamentado para a FCT este ano irá efectivamente ser gasto (ou executado). Em 2015, dos 479 milhões de euros previstos, terão sido executados pela FCT, segundo dados provisórios, 380 milhões, incluindo fundos nacionais e comunitários. Segundo dados da FCT de Janeiro, o ano em que a FCT mais dinheiro aplicou na ciência foi em 2010, com 469 milhões de euros. Entre 2011 e 2013, manteve-se o nível de dinheiro gasto, um pouco acima dos 400 milhões. Mas em 2014, já foi abaixo dessa faixa (393 milhões). **N.F.e.T.F.**

Justiça**Van Dunem promete simplificar tribunais**

A Justiça perde 16,3 milhões de euros – a dotação atinge 1366 milhões de euros, um decréscimo de 1,2% em relação a 2015. O Governo promete introduzir “medidas de filosofia Simplex” nos tribunais, para simplificar procedimentos. Os balcões do Instituto dos Registos e Notariado passarão a tratar também de pedidos relativos à carta de condução e títulos de residência. Das medidas elencadas pela ministra fazem ainda parte a melhoria das condições dos estabelecimentos prisionais e centros educativos, bem como a criação de um Laboratório de Inovação da Justiça “aberto aos operadores judiciais, universidades, investigadores e start-ups tecnológicas, entre outros, possibilitando a experimentação de novas soluções de valor acrescentado” para o sector. O orçamento da Justiça assenta em quatro vectores: o aumento da capacidade de acção dos tribunais, a modernização e reforço da segurança dos sistemas de informação, o aperfeiçoamento do sistema de execução de penas e o reforço dos meios de prevenção e combate ao crime organizado. **A.H.**

Administração Interna
Meios aéreos na Protecção Civil cortam 24 milhões

O orçamento do ministério mantém-se praticamente inalterado: 1.964 milhões de euros – menos 0,2% face aos gastos provisórios de 2015. O corte mais significativo ocorre na área da Protecção Civil, com uma poupança de 24 milhões, a maior parte justificada pelo fim da Empresa dos Meios Aéreos, que, pela primeira vez, não aparece no OE. A PSP mantém o orçamento praticamente inalterável →

PÚBLICO



18 | DESTAQUE | PÚBLICO, SÁB 6 FEV 2016

OE 2016

No Alqueva,
o sistema
de rega está
praticamente
concluído e
tem impacto
no orçamento
do Ministério
da Agricultura

(712 milhões de euros), mas, mesmo assim, ao PÚBLICO o MAI garante que estão garantidas as verbas para aplicar o novo estatuto, que prevê aumentos salariais de mais de 50 euros para cerca de 5750 polícias (25% do efectivo de 23 mil elementos). A GNR, com uma despesa prevista de 1,860 milhões de euros, regista uma subida de 15 milhões. O ministério garante que também vai haver concursos para progressão na carreira na GNR, mas admite que tal só está previsto para o fim do ano. O MAI adianta que “serão desenvolvidos planos de modernização e racionalização, de forma a adaptar as forças de segurança e os meios de protecção civil com recursos adequados e sustentáveis”. Relativamente à segurança interna, o Governo diz que quer um sistema mais coordenado e eficaz. “Prevê-se a reorganização de procedimentos e dos recursos humanos de modo a libertar o maior número de elementos das forças de segurança para trabalho operacional.” **M.O.**

Defesa

Subida de 7,4% no orçamento

O orçamento atinge os 2,143 milhões de euros, o que representa uma subida de 7,4%. Este incremento resulta de alguns dos objectivos do Governo para esta área, nomeadamente a dotação da Lei de Programação Militar, cuja insuficiência foi criticada ao anterior executivo. E, também, do reforço do financiamento para as Forças Nacionais Destacadas em missões internacionais com o objectivo, afirma o Governo, de honrar os compromissos das alianças a que Portugal pertence e o combate ao terrorismo. A instalação e operacionalização do Hospital das Forças Armadas, a gestão das participações públicas nas empresas da indústria de defesa e a internacionalização deste sector são outros dos objectivos. A par, por fim, do Instituto Universitário Militar. **N.R.**

Negócios Estrangeiros

Menos seis milhões na representação externa

Para o ministério, sob a designação de representação externa, estão previstos 374,4 milhões de euros, uma descida de seis milhões – menos 1,6% – que em 2015. Este resultado advém da extinção, através de um processo de fusão, do Instituto de Investigação Científica e Tropical. Os encargos com pessoal correspondem a 49,4% do orçamento, e há uma redução, em 4,7 milhões de euros, das contribui-

ções para organizações internacionais, apesar de só em 2017 terminar o mandato do país no Conselho de Direitos Humanos da ONU. É destacado o reforço da rede diplomática e consular, pela reabertura de alguns serviços encerrados, e é reafirmada a preparação da candidatura ao lugar de secretário executivo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa no próximo mandato. **N.R.**

Modernização Administrativa

Criado um orçamento participativo

O Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa vai lançar um orçamento participativo destinado a projectos propostos e escolhidos pelos cidadãos. Esta é uma das medidas, na área da inovação pública e social, que integra o Programa Simplex, um dos principais eixos da política de modernização administrativa do Governo. A criação de um laboratório/incubadora, onde serão testados projectos inovadores para a administração pública, e a abertura de candidaturas para financiamento de iniciativas de inovação social são outras das acções previstas. O Governo quer ainda implementar uma rede de serviços de proximidade, em articulação com a administração local, através da abertura de novas lojas ou espaços do cidadão, nomeadamente através de unidades móveis, e reforçar o programa *Deixe aqui a sua ideia* – plataforma digital de recolha de ideias inovadoras para simplificação de procedimentos. O Simplex assume-se como um programa que quer melhorar os serviços prestados pela administração pública, através da simplificação de procedimentos, ganhos de eficiência e redução de custos. **S.R.**

Cultura

RTP com mais de metade do orçamento

A RTP vai absorver 63,5% do orçamento da Cultura, com 244 dos 418,8 milhões de euros atribuídos àquele sector, que voltou a ser ministério mas passou a tutelar também a comunicação social. O valor remanescente para os diferentes organismos da Cultura fica assim perto dos 175 milhões de euros, uma soma que, à partida, é inferior aos 219 milhões orçamentados para 2015. O ministro diz que a comparação com os números do Governo anterior só pode ser feita somando, “em larga medida



também, ao orçamento da Ciência, da Educação e do Turismo”. O facto de, no Governo anterior, a SEC estar na dependência da Presidência do Conselho de Ministros dificulta a leitura comparativa dos números globais dos dois orçamentos. Já mais fácil é cruzar as verbas sectoriais dos organismos dependentes do MC, onde é possível observar variações. A mais notória surge na verba atribuída à Fundação Centro Cultural de Belém, 19 milhões de euros, quase 2,5 milhões a mais face a 2015. Também o Instituto do Cinema e do Audiovisual vê a dotação aumentada em mais de um milhão de euros (20,76). Já a Direcção-Geral do Património recebe menos 1,2 milhões (34,9 milhões). E o Fundo de Fomento Cultural vai também ter menos dinheiro: 29,1 em vez de 29,4 milhões. Verbas idênticas às de 2015 vão receber o Opart – Organismo de Produção Artística, que gere o São Carlos e a Companhia Nacional de Bailado (19,2 milhões); a Cinemateca Portuguesa (3,7 milhões); e o Teatro Nacional São João (4,6 milhões). Apesar de a RTP ficar com mais de metade do orçamento, a verba que lhe está atribuída – 244 milhões – é inferior em 20 milhões à dotação de 2015. A Lusa nota que o Governo vai manter em 2,65 euros o valor mensal da contribuição para o audiovisual, que continuará a ser cobrada indirectamente através da factura da electricidade. **S.C.A.**

Mar

Metade das despesas segue para a investigação

Pela primeira vez com direito a um ministério autónomo, o Governo assume o “desafio e a responsabilidade” de passar da teoria à prática a aposta que tem vindo sucessivamente a ser

apontada para a chamada “economia azul”. São prioridades o lançamento do Programa Mar 2020 – já aprovado nas instâncias comunitárias (e tem uma dotação orçamental de 500 milhões de euros) e que se destina a apoiar projectos na área da criação do conhecimento – e a constituição de um Fundo Azul, destinado a fomentar a criação de novas empresas de base tecnológica, e apoiar a investigação científica. A dinamização da actividade portuária surge também nas prioridades, assim como a aposta na investigação e inovação. **L.P.**

Ambiente

Decisões no sector das águas revertidas

Concretizando promessas feitas, prevê-se a reversão do processo de reestruturação do sector das águas e saneamento, a aposta na reabilitação urbana, a afirmação do interior como central no mercado ibérico, a reavaliação do Plano Nacional de Barragens e a implementação de planos e estratégias já definidos para áreas como as alterações climáticas, os recursos hídricos, o litoral ou os resíduos. Tal como nos transportes, serão revertidas decisões tomadas pelo anterior Governo em relação à reforma do sector das águas, anulando algumas das agregações de sistemas multimunicipais. Lançado pelo Governo Sócrates, o Plano Nacional de Barragens ficou por concluir, não se tendo chegado a construir as barragens de Fridão e Tâmega. Serão agora objecto de reanálise. Em relação à fiscalidade verde, os impostos sobre os veículos (ISV) irão aumentar para os carros mais poluentes. Por outro lado, é reduzido o incentivo fiscal ao abate de veículos em fim de vida, que é reduzido em 50% a partir de 2017.

Também o desconto no ISV dado na compra de veículos menos poluentes baixa dos actuais 4500 euros para 2250 no caso de um veículo eléctrico novo sem matrícula e de 3250 para 1125, no caso de um veículo híbrido plug-in novo. **A.F.**

Agricultura

Abrandamento do projecto Alqueva retira verbas

O Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural terá um orçamento de 949 milhões de euros, menos 77,5 milhões, muito por causa do abrandamento dos trabalhos em Alqueva. A despesa consolidada diminui 7,5% sobretudo à custa do decréscimo de 56,3% no orçamento do subsector das Entidades Públicas Reclatificadas (III milhões de euros). É aqui que entra a EDIA (Empresa de Desenvolvimento e Infra-estrutura do Alqueva), que verá uma grande diminuição do financiamento comunitário, uma vez que o sistema global de rega do projecto está praticamente concluído. As medidas relacionadas com a Agricultura e Pecuária merecem a principal fatia (64,1%), cerca de 755,9 milhões de euros, e servem o objectivo “de aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal, promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais, bem como revitalizar económica e socialmente as zonas rurais”. **L.P.**

Planeamento

Antecipação de fundos europeus com impacto de 315 milhões

A principal prioridade assumida pelo ministério passa por acelerar os investimentos privados e públicos que devem estar no terreno com recurso aos fundos estruturais negociados com a Comissão Europeia. Um ritmo que o Governo pretende sinalizar com a entrega de 100 milhões de euros de incentivos às empresas nos primeiros cem dias de governo, que se assinalam a 12 de Março. A prioridade é a “execução extraordinária dos fundos estruturais integrados no Portugal 2020, elevando a transferência de recursos para os beneficiários finais”, e a estimativa do Governo é que as medidas relativas à antecipação de fundos europeus tenham um impacto orçamental de 315 milhões de euros. Outro grande objectivo é concluir o processo de encerramento do QREN relativo ao período 2007-2013, assumindo a intenção de o executar a 100% durante o ano. **L.P.**



27,5 40

Mil milhões foi o valor das receitas de IVA e IRC em 2015, aquém da previsão e impedindo a devolução da sobretaxa

Milhões era o encaixe esperado pelo executivo PSD/CDS com a concessão da Silopor, que o Governo de Costa retoma

Episódios que atravessam o último Orçamento de Passos Coelho e o primeiro de Costa

Entre orçamentos, há sempre heranças que ficam de um ano para o outro — incluindo receitas extraordinárias difíceis de concretizar —, mesmo quando pelo meio há uma mudança de forças políticas no Governo. Por norma, o principal partido da oposição aponta defeitos e mostra pouca confiança no OE, para depois girar o discurso a 180º graus quando ganha as eleições. Seguem-se frases e intenções que marcam a transição entre o OE do PSD/CDS e o do PS.

“A proposta do Orçamento do Estado [para 2015] apresenta enormes fragilidades, porque se baseia num cenário macroeconómico excessivamente optimista, infelizmente para os portugueses”
José Vieira da Silva
Actual ministro do Trabalho e Segurança Social, enquanto deputado do PS

Parece um comentário ao Orçamento do Estado para 2016, mas não: esta frase foi uma reacção política ao Orçamento de 2015 feita pelo então deputado socialista José Vieira da Silva, actual ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. O Governo de Passos previa um crescimento da economia de 1,5%, com uma aceleração das exportações, uma “nova dinâmica da procura interna”, um aumento do consumo privado e uma redução do desemprego. Segundo um relatório publicado em Janeiro pelo Conselho das Finanças Públicas, a procura interna (o consumo privado, mais o consumo público e o investimento) terá sido em 2015 o principal contributo para o crescimento, ao contrário da procura externa líquida, que terá contribuído negativamente, por causa da aceleração das importações, a um ritmo superior ao das exportações. Em Março de 2015, o Presidente da

República, Cavaco Silva, mostrava-se optimista, com base em “algumas previsões” que dizia ter recebido: “A recente quebra do preço do petróleo e a depreciação do euro poderão conduzir a uma revisão em alta da taxa de crescimento para 2015, para valores em torno de 2%”. Ainda não há números oficiais sobre o crescimento anual do PIB, mas a Comissão Europeia estima que a variação tenha sido a mesma que o Governo de Passos previa no OE (1,5%), mas inferior à que depois veio a projectar no Plano de Estabilidade (1,6%). **P.C.**

“Estou perfeitamente convencido de que é possível superar os objectivos de receita fiscal”

Paulo Nuncio
Ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

Quando elaborou o Orçamento para 2015, o primeiro Governo de Passos Coelho alimentava a expectativa de que a receita fiscal pudesse ficar acima do previsto. Estávamos em Outubro de 2014, a execução da cobrança do IVA e do IRS tinha superado as previsões no ano anterior e

esse era o argumento usado pelo executivo para lançar o crédito fiscal da sobretaxa de IRS. O pressuposto era este: se as receitas do IVA e do IRS de 2015 ficassem acima do previsto, esse acréscimo serviria para “devolver” aos contribuintes uma parte — ou a totalidade — da sobretaxa paga ao longo de 2015. O então secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Paulo Nuncio, mostrava-se “convencido” de que era “perfeitamente possível superar os objectivos de receita fiscal”. Não aconteceu. A receita do IVA cresceu 7,4%, mais do que o esperado, mas o encaixe com o IRS caiu 1,3%, ao contrário da previsão. E, feitas as contas, as receitas dos dois impostos (27.527 milhões de euros) ficaram aquém da projecção (e também a receita total do Estado ficou ligeiramente abaixo do orçamentado). Resultado: o crédito fiscal foi de zero, ainda que no Verão, durante a campanha eleitoral, Passos Coelho e Maria Luís Albuquerque continuassem a alimentar as expectativas dos contribuintes. Tudo não passou de uma convicção... Os números finais vieram mostrar que não haverá reembolso este ano. **P.C.**

“O Governo começou por definir medidas adicionais do lado da despesa e no âmbito da Reforma do Estado, destacando-se a introdução de um tecto máximo para o recebimento de prestações sociais”
OE para 2015

O Governo anterior acatou uma das recomendações do FMI, a propósito da reforma do Estado, e propunha-se impor um tecto nas prestações sociais não contributivas pagas a cada beneficiário. A medida permitiria poupar 100 milhões de euros, mas nunca chegou a avançar. Não se concretizava o limite que seria imposto a cada beneficiário, mas a anterior ministra das Finanças acabou por avançar com uma referência: “o valor do salário médio de um trabalhador não qualificado”. Por diversas vezes, o ex-ministro do Emprego e da Segurança Social foi questionado sobre o andamento da medida, mas os pormenores tardavam a chegar. Uma das vezes acabou por dizer que a medida estava a ser estudada e dependia de dados do Instituto Nacional de Estatística e de um parecer da Comissão Nacional de Protecção de Dados. Com o actual Governo, há todo

um novo olhar sobre o tema das prestações sociais. **R.M.**

“A aprovação de um novo quadro jurídico mais abrangente para a exploração e prática do jogo em Portugal, com especial destaque para a regulação do jogo online, permite acrescentar 25 milhões de euros à estimativa de receita”
OE para 2015

A previsão do anterior Governo era ter as primeiras autorizações para os operadores de jogo online no último trimestre de 2015, mas até agora ainda não há licenças atribuídas. Fonte oficial do Ministério da Economia adiantou em Dezembro ao PÚBLICO que “foram apresentadas 11 candidaturas para atribuição de licenças para exploração de jogos e apostas online”. Todas as propostas estão a ser analisadas para “verificação do cumprimento dos requisitos legalmente exigidos, tendo sido solicitados esclarecimentos e pedidos de informação complementares”, explicou. A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que gere os jogos sociais do Estado, decidiu não avançar para este negócio. **R.A.C.**

“Governo repete previsão de encaixe de 40 milhões de euros com a concessão da Silopor”
OE para 2015

A concessão a privados da Silopor, por resolver desde 2007, voltou a constar no OE para 2015 mas o anterior Governo foi forçado a adiar o processo, fruto de um braço-de-ferro jurídico entre o Estado e a ETE, que tinha ganho anteriormente o concurso e a quem foi feita novamente a adjudicação provisória da concessão. A entrega a privados da empresa pública de descarga e armazenamento de cereais volta agora a entrar em jogo. É, aliás, uma das poucas concessões previstas pelo actual Governo, além da IP Telecom, com o mesmo encaixe previsto. **R.A.C.**



DANIEL RODRIGUES



Orçamento de compromisso

O Governo recorre a um pacote de austeridade com efeito incerto: nem as receitas de impostos indirectos, nem os cortes de despesa são de fácil execução. É o principal risco de um orçamento de compromisso, tanto na frente interna como na externa. ➤ P4 A 21

Os maiores riscos para as contas de Costa e Centeno

Veja todas as simulações para saber quanto vai pagar de IRS





Mais de metade do esforço de consolidação vem do lado da receita

Estratégia Equipa de Mário Centeno recorre a um pacote de austeridade com efeito incerto: nem as receitas de impostos indirectos, nem os cortes de despesa propostos são de fácil execução.

Margarida Peixoto
margarida.peixoto@economico.pt

Quase dois mil milhões de euros: é este o valor total das medidas de austeridade que Mário Centeno, ministro das Finanças, prevê aplicar este ano para cortar o défice. O esforço será feito maioritariamente através do aumento das receitas, mostram os números que, ao fim de mais de uma semana de negociações com a Comissão Europeia, acabaram por entrar no Orçamento do Estado para este ano.

Feitas as contas a todas as medidas de austeridade apresentadas pelo ministro das Finanças – dentro e fora do relatório do Orçamento do Estado, já que algumas só estão numa carta de compromisso enviada para Bruxelas – chega-se a um total de 1.952 milhões de euros.

Este é o valor do conjunto das medidas previstas pelo Governo para compensar o impacto de decisões políticas de devolução de rendimentos – como por exemplo, a eliminação progressiva dos cortes nos salários dos funcionários públicos, ou a redução da sobretaxa de IRS – e ir ainda um pouco além. Só mais do que compensando o efeito dessas decisões políticas é que é possível argumentar que o défice orçamental vai descer em termos estruturais, e não apenas ajudado pelo ciclo económico.

Foi este o argumento da Comissão Europeia, e acabou por ser este que vingou, com o Executivo a reforçar o conjunto de iniciativas que visam baixar o défice. Deste pacote de quase dois mil milhões de euros de austeridade, 53% corresponde a medidas para aumentar as receitas públicas, enquanto 47% são obtidos através de iniciativas para reduzir as despesas.

Contudo, comparando com

pacotes de austeridade do passado, este é mais incerto: nem as receitas, nem as despesas são de projecção simples. A subida das receitas resulta maioritariamente da subida de impostos indirectos, o que implica que vão depender de forma significativa dos comportamentos de consumo dos agentes económicos. Os cortes nas despesas serão obtidos sobretudo com a contenção de custos e ganhos de eficiência, uma estratégia de resultados ainda mais incertos. Mas esta terá sido a única forma de manter uma linha de contenção orçamental, mudando os alvos do sacrifício.

Penalizar consumos, baixar desperdícios

Do lado do aumento das receitas estão sobretudo subidas de impostos, mas também algumas promessas de combate à fraude e evasão fiscal e contributiva. O reforço dos impostos deverá gerar 880 milhões de euros de receitas adicionais para os cofres públicos. Este valor vai ser pedido maioritariamente aos consumidores: a medida mais relevante é a subida do imposto sobre os combustíveis (um aumento de seis cêntimos

por litro de gasolina ou de gasóleo) que deverá gerar sozinho mais 360 milhões de euros.

Mas também há aumentos que visam directamente a banca (como o reforço da contribuição para o Fundo de Resolução), os fundos de investimento (através da redução de isenções de IMI) e as empresas (a reavaliação dos activos mais não é do que o aumento do IRC que deverá gerar 125 milhões de euros adicionais).

Para além da subida dos impostos, o Governo compromete-se a ir buscar mais 85 milhões de euros através do combate à fraude e evasão fiscal e contributiva.

Do lado da poupança de despesa, o valor previsto atinge os 927 milhões de euros – é pouco menos do que o contributo da receita.

Neste capítulo, a medida mais relevante tem vindo a ser repetida de legislatura em legislatura, independentemente da cor política do Governo: cortes nos consumos intermédios, as famosas gorduras do Estado. Mário Centeno promete uma dieta de 316 milhões de euros. Juntam-se poupanças sectoriais ou de simplificação administrativa – uma carta também repetida face ao passado – no valor de 183 milhões de euros.

O número de funcionários públicos também deverá encolher em 10 mil, gerando poupanças de 100 milhões de euros. E há depois várias outras medidas de impacto mais pequeno para perfazer o contributo de 47% para a redução do défice. Fora destas contas está a desistência da redução da taxa social única para os salários mais baixos, que implicava prescindir de 135 milhões de euros de receita contributiva. A medida era desejada pelo PS, mas as negociações com Bruxelas acabaram por atirá-la para mais tarde. ■

MEDIDAS DE CONSOLIDAÇÃO

Receita continua a ser o motor da consolidação orçamental.

Despesa	milhões (€)	Peso (%)
Limite consumos intermédios	316	
Poupanças sect. e simplif. adm.	183	
Ação social	98	
Combate à fraude (sub. doença)	60	
Prog. Aproximar	70	
Redução de funcionários públicos	100	
Juros	50	
Declaração remunerações	50	
TOTAL Despesa	927	47

Receita	milhões (€)	Peso (%)
Cont. Seg. Social (RMMG)	60	
ISP	360	
Imposto Tabaco	145	
Imposto Selo	80	
ISV	70	
Cont. sector bancário	50	
Fraude e evasão fiscal	50	
Fraude e evasão contr.	35	
Reavaliação activos IRC	125	
Isenções IMI Fundos Invest.	50	
TOTAL Receita	1025	53
TOTAL	1952	100

Fonte: OE2016

Mário Centeno, ladeado pelos secretários de Estado João Leão (Orçamento) e Rocha Andrade (Impostos), na passada sexta-feira no salão nobre do ministério das Finanças, em Lisboa.



“

Este é um Orçamento feito com todo o rigor. O nosso plano A é executar este Orçamento, que é exigente. É a condição para o país aligeirar as suas condições externas.

Mário Centeno
Ministro das Finanças

**PONTOS CHAVE**

- Estratégia de consolidação assenta mais na receita fiscal
- Fontes de receita adicional (impostos indirectos) e de poupanças

na despesa são difíceis de prever e tornam execução arriscada.

- Bruxelas volta à carga em Maio
- Maioria das famílias sai a ganhar no IRS, mas aumento dos impostos

indirectos absorve parte desse ganho.

- Fiscalistas criticam instabilidade nos impostos sobre empresas
- Função pública ganha no OE



Paula Nunes

ANÁLISE

Europa, Portugal e o plano orçamental

**Francesco Franco**

Professor, Nova School of Business and Economics

O meu ponto de partida é de que fazer parte da zona euro é e será benéfico para os seus membros. Verdade, o euro não protegeu Portugal contra a crise financeira que se seguiu à queda do Lehman Brothers. Mas desde então a arquitectura institucional do euro tem evoluído e Portugal beneficia agora do euro. Um exemplo destes benefícios está nas taxas de juro historicamente baixas, que são devidas aos esforços do Banco Central Europeu em transmitir a política monetária expansionista uniformemente em toda a área do euro.

Mas para pertencer à zona euro, os seus membros devem seguir políticas orçamentais coerentes e coordenadas. Este conjunto de regras, que tem vindo a ser construído ao longo das últimas duas décadas, é conhecido como Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC). Estas são as regras e este não é o lugar para discutir se fazem sentido ou se deveríamos construir um consenso na Europa para transformar o PEC. Mas sublinho que, ao contrário da percepção generalizada, estas regras não estão escritas na pedra.

O mais recente "issues guidance" [orientações para leitura das regras] foi emitido em Janeiro de 2015. Este "issues guidance" clarifica como usar a flexibilidade que existe no PEC quando um país segue o caminho dos investimentos estratégicos, das reformas estruturais ou quando está em recessão. No entanto, para usar a flexibilidade do Pacto, Portugal precisa de sair do Procedimento por Déficit Excessivo, nomeadamente de reduzir de forma credível o seu défice orçamental para menos de 3% do PIB.

No contexto das regras europeias cada estado-membro pode escolher livremente o 'mix' de políticas orçamentais. A aprovação do Orçamento português pela

Comissão Europeia prova-o. Os pontos-chave do Orçamento português reflectem a mudança na composição política da maioria parlamentar. E constituem mudanças dos esforços de consolidação orçamental da tributação directa e dos salários públicos para a tributação indirecta.

Concordo da reposição progressiva do IRS. Basicamente, a sobretaxa 'flat' de 3,5% sobre o rendimento é diminuída mais rapidamente para os rendimentos mais baixos, mas vai ser reduzida para todos os rendimentos num futuro próximo. É equitativo uma vez que todos vão ver a sua sobretaxa desaparecer, mas começa nos mais vulneráveis. É eficiente numa perspectiva de curto prazo no sentido em que se devolve inicialmente às famílias que mais provavelmente irão injectar euros na economia. E, por fim, pode ser desenhada para ser tão prudente do ponto de vista orçamental quanto necessário.

Discordo que a reposição dos salários da Administração Pública não siga a mesma lógica. Os salários mais baixos afectados pelos cortes podiam ter sido repostos mais lentamente do que os mais altos. Desta forma a despesa pública corrente aumentaria menos depressa e, por outro lado, o mesmo padrão seria aplicado ao sector público e privado.

Em resumo, mais prudência na reposição do IRS e dos salários no Estado não é incompatível com uma política orçamental progressiva no curto prazo. Mais prudência permite também aumentar menos os impostos indirectos, especialmente aqueles que têm uma receita menos certa ou usar os recursos para descer a TSU para os novos trabalhadores a salário mínimo. ■

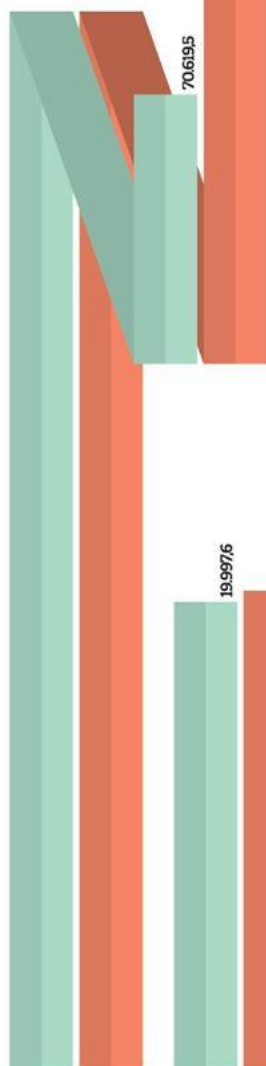
No contexto das regras europeias cada estado-membro pode escolher livremente o 'mix' de políticas orçamentais. A aprovação do Orçamento português pela Comissão Europeia prova-o.



POLÍTICAS SECTORIAIS PARA 2016 E RECURSOS FINANCEIROS (DESPESA CONSOLIDADA) EM MILHÕES DE EUROS

OE2015
Execução
provisória

OE2016
Orçamento
ajustado



METAS

Quais os principais riscos para as contas de Costa e Centeno

Execução Mário Centeno vai conduzir um Orçamento no fio da navalha. A execução orçamental vai ser um teste ao cumprimento das metas.

Margarida Peixoto
margarida.peixoto@economico.pt

O Governo apresenta um Orçamento à pele, os observadores nacionais e internacionais avisam para os riscos, os riscos materializam-se e Portugal falha as metas. Tem sido assim nos últimos anos. Mário Centeno, ministro das Finanças, promete que é desta que será diferente. Mas há pelo menos cinco bons motivos para continuar alerta.

PIB

1,8%

A previsão de crescimento do PIB, face à primeira estimativa, foi revisto em baixa.

DÉFICE ORÇAMENTAL

2,2%

Esta meta de défice foi tornada mais ambiciosa depois das críticas de Bruxelas.

DÍVIDA PÚBLICA

127,7%

Se esta meta se concretizar, cai 1,1 pontos percentuais face ao ano passado.

DÉFICE ESTRUTURAL

1,7%

Em 2015 piorou, mas para este ano o ministro das Finanças promete uma melhoria.

1

CRESCIMENTO PODE FICAR AQUÉM

O Governo está a apostar forte no impacto que a devolução de rendimentos terá no consumo privado. O argumento é o de que as famílias mais beneficiadas serão as de rendimentos mais baixos que afectam, por isso mesmo, uma parte maior do seu orçamento ao consumo e têm menor capacidade de poupança. Mas nem a Comissão Europeia, nem o FMI acreditam que o impacto seja assim tão significativo. Afinal, em 2015 a política orçamental não foi restritiva e a economia cresceu apenas 1,5%. Agora, com um objectivo de redução estrutural do défice de 0,3 pontos percentuais, é arriscado esperar que a actividade acelere 1,8%.

2

CONJUNTURA EXTERNA PODE PIORAR

O próprio Governo reconhece no relatório do Orçamento do Estado para 2016 que este é um risco significativo. A China pode abrandar mais do que é esperado actualmente e, embora o efeito directo nas exportações portuguesas seja pequeno, o indirecto poderá ser relevante. É que a

China é um dos principais clientes da Alemanha e a Alemanha é um dos principais parceiros comerciais das empresas portuguesas. Outro sinal de alerta está no mercado angolano, cuja actividade continua extremamente dependente do petróleo e tem vindo a sofrer significativamente com a diminuição do seu preço. E há uma série de outros focos com alto potencial de instabilidade, não apenas económica.



MÁRIO CENTENO
Gestão da Dívida Pública



JOSÉ ANTÓNIO VIEIRA DA SILVA
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social



MÁRIO CENTENO
Finanças



ADALBERTO CAMPOS FERNANDES
Saúde



TIAGO BRANDÃO RODRIGUES
Ensino Básico e Secundário e Adm. Escolar



PEDRO MARQUES
Planeamento e Infraestruturas



EDUARDO CABRITA
Órgãos de Soberania



MANUEL HEITOR
Clência, Tecnologia e Ensino Superior



AZEREDO LOPES
Defesa

Fonte: Proposta de Orçamento do Estado para 2016



3

ENDIVIDAMENTO EXCESSIVO

O peso das dívidas coloca um desafio enorme ao crescimento português. As empresas estão excessivamente endividadas e os bancos têm a actividade comprometida por créditos malparados ou de cobrança mais duvidosa. Se bancos e empresas fizerem uma desalavancagem menos eficaz, isto é, se não se conseguirem

libertar em tempo útil das dívidas, o crescimento económico vai manter-se estrangulado.

4

CORTES DE DESPESA DIFÍCEIS DE CONCRETIZAR

A partir do momento em que a decisão política foi a de evitar cortes cegos nos salários ou nas pensões, não podia mesmo ser de outro modo: a redução prevista nas

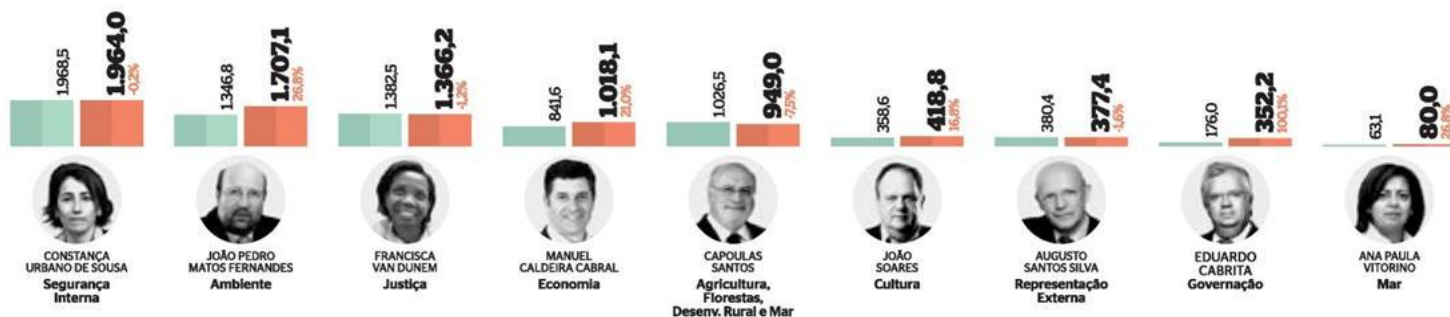
despesas será difícil de concretizar. Isto não quer dizer que não seja possível – ou que não haja por onde reduzir – quer apenas dizer que no passado as promessas de reduzir de forma significativa os desperdícios ou de encontrar poupanças na melhoria da gestão dos recursos ficaram aquém do previsto. A estratégia é, por isso, arriscada, dado que não tem sido fácil executar os cortes desejados – e necessários.

5

IMPREVISTOS À ESPREITA

Todos os anos surgem despesas extraordinárias. A probabilidade deste risco se voltar a concretizar é elevada, desde logo porque os bancos ainda não retomaram níveis de rentabilidade que afastem a possibilidade de novos problemas neste campo – à semelhança do que aconteceu em 2015 com o Banif, por exemplo. Além disso,

o Estado está exposto a um montante muito significativo de responsabilidades contingentes. São os cerca de 1,4 mil milhões de euros dos 'swaps' comprados ao Santander, e cuja decisão dos tribunais ingleses será conhecida esta Primavera. Mas não só: o OE identifica 6,3 mil milhões de euros de garantias concedidas ao sector bancário e 16,7 mil milhões de euros de garantias concedidas a outras entidades. ■





Paulo Figueiredo

Contas de Costa e Centeno vão estar sob avaliação de Bruxelas.

COMISSÃO EUROPEIA

Bruxelas volta à carga já em Maio

Documento Comissão deixa claro que queria mais compromissos. E promete estar atenta até Maio, altura em que irá reavaliar as contas.

Luís Reis Pires
luís.pires@economico.pt

Em fim, 1.125 milhões de euros em medidas adicionais depois (sendo que apenas 845 milhões foram aceites por Bruxelas), o Governo conseguiu impedir o veto europeu ao esboço do Orçamento. Em vez de um cartão vermelho, o documento leva apenas um amarelo, mas a Comissão Europeia deixa claro que queria mais. E promete ficar em cima dos acontecimentos até Maio, data em que vai reavaliar as contas e fazer novo ponto da situação.

“É um bom resultado, mas estamos preocupados: Portugal, a Comissão e a zona euro. (...) O risco de não cumprimento continua e vamos continuar a monitorizar os desenvolvimentos nos próximos meses”, disse o comissário europeu para a Economia, Pierre Moscovici, na sexta-feira. O francês fez questão de vincar que o Executivo teve de ceder com várias medidas adicionais, tapando um fosso de 845 milhões de euros – as

medidas apresentadas até valiam mais, mas a Comissão considerou que nem todas podiam contar para o saldo estrutural, à luz das regras europeias.

Depois de uma semana em que circulou muita contra-informação, e em que alguma imprensa e fontes próximas do PS deram várias vezes as negociações por concluídas, Moscovici fez questão de vincar que o Governo só conseguiu o ‘ok’ de Bruxelas já na sexta-feira, deixando também o recado de que as negociações não foram políticas. “Nós temos regras e discutimos as coisas com base nelas”, frisou.

“Os riscos não foram eliminados. Na nossa opinião, sublinhamos, há riscos de não conformidade. Estamos muito atentos”, disse Valdis Dombrovskis.

O vice-presidente para o Euro, Valdis Dombrovskis, alinhava pela mesma bitola, deixando novos avisos. “A Comissão considera que as novas medidas apresentadas no Orçamento reduzem os riscos de não haver conformidade com as regras europeias, mas os riscos não foram eliminados. Na nossa opinião, sublinhamos, há riscos de não conformidade. Estamos muito atentos”, disse.

Bruxelas “convidou” o Governo a trabalhar a proposta de Orçamento nas próximas semanas, no sentido de a aproximar mais das recomendações do Conselho Europeu, de um ajustamento de 0,6% do PIB no défice estrutural. O executivo comunitário vai reavaliar a situação em Maio, quando o Eurostat fechar o valor final do défice do ano passado. Nessa altura, à luz das previsões económicas de Primavera que irá publicar, adoptará uma decisão final e irá propor novas recomendações específicas para cada Estado-membro. ■

ANÁLISE

Um orçamento desafiante



António Costa Pinto
Político
Instituto de Ciências Sociais

A negociação deste orçamento com a Comissão Europeia e também com os parceiros parlamentares do Governo PS marca, para o melhor ou para o pior, algumas mudanças políticas importantes e não esqueçamos que os orçamentos são o mais importante instrumento de intervenção dos governos na sociedade. Simultaneamente, são também um teste à cada vez mais escassa margem de manobra dos governos da zona euro.

A primeira mudança é desde logo visível na resposta do primeiro-ministro às negociações com Bruxelas e a frase é significativa: “Se me perguntam se o Orçamento antes das negociações com Bruxelas era melhor, a resposta é sim”.

Mantendo este europeísmo crítico, que tentou até ao esgotamento demarcar-se do “não há alternativa” do anterior governo de centro-direita, António Costa, ainda que arriscando, teve aqui uma vitória parcial. De facto, contra a Comissão Europeia e todos os relatórios do FMI e da troika, afirmou um orçamento que expressa uma política que não seria seguramente a de um governo de centro-direita.

Mais interessante foi também a divergência esquerda-direita a propósito deste orçamento, consagrando uma diferença com clivagens semelhantes em outros países da zona euro, a começar pela vizinha Espanha.

No caso português, o europeísmo crítico, para não falar o eurocepticismo, é representado à esquerda. Sem qualquer pressão soberanista ou mais ou menos populista à direita, o PSD (sobretudo), mas também o CDS, podem ser os novos europeístas e “colar-se” às restri-

ções de Bruxelas e das organizações internacionais.

A segunda remete para uma mudança à esquerda cujas consequências ainda são difíceis de prever. Se tudo correr bem ao Governo do PS, o Bloco de Esquerda e o PCP vão aprovar este orçamento no Parlamento. Um orçamento que não permite cumprir algumas das medidas acordadas, para além de outras promessas também alteradas, como a reversão da privatização da TAP, sem esquecer que daqui a uns meses a Comissão Europeia está volta.

Como em Portugal os partidos de protesto se situam à esquerda, será que esta mudança se vai consolidar? É óbvio que seria complicado deixar cair o Governo dois meses após a sua tomada de posse e, provavelmente, eleitoralmente desastroso. No entanto, mais do que mero cálculo, a esquerda, e sobretudo o PS, precisam desesperadamente de convencer o seu eleitorado potencial de que existe, de facto, uma alternativa. Se não for assim o seu declínio irá continuar. Para onde é que não sabemos. ■

Contra a Comissão Europeia e todos os relatórios do FMI e da troika, António Costa afirmou um orçamento que expressa uma política que não seria seguramente a de um governo de centro-direita.



PARTIDOS

Avaliação do Orçamento testa tácticas dos partidos

Clivagem Esquerda e direita dividem-se na avaliação do documento. E os partidos começam a estudar posicionamentos para o debate e aprovação do OE.

Inês David Bastos

ines.bastos@economico.pt

À esquerda do PS, o documento foi recebido como sendo o fim de um ciclo de empobrecimento – isto apesar de, tanto PCP como BE, deixarem implícito que vão tentar alterações pontuais na especialidade. À direita, o entendimento foi totalmente contrário. Passos Coelho afirmou que os “portugueses não esperavam este aumento de impostos”. Paulo Portas adiantou que era até o “maior” aumento fiscal de sempre. E o deputado Leitão Amaro acusou o PS de não ter acabado com a austeridade, de ter dado “com um mão para tirar com outra” e de ter posto em causa o crescimento do país para ceder aos partidos à sua esquerda.

A todas as críticas, o primeiro-ministro e o ministro das Finanças responderam com a garantia de que, apesar do aumento dos impostos indirectos, existe uma queda da carga fiscal, ainda que ligeira, para os mais desfavorecidos. António Costa acusou mesmo o PSD de

ter tido “um comportamento lamentável” ao fazer pressão junto de Bruxelas contra Portugal. E o que os críticos internos do PSD à estratégia seguida pelo partido no processo de negociação temiam está, de facto, a acontecer.

Alguns dirigentes do PSD, como Paulo Rangel e Marco António Costa, criticaram duramente o Governo no momento em que este estava a negociar com a Comissão Europeia – Rangel chegou a dizer que o PS não era europeísta. Agora, António Costa usa essas críticas a seu favor para dizer que é possível “equilibrar” posições com as instâncias europeias e que o PSD queria mais austeridade e foi “antipatriótico”.

Tácticas em campo

Começou assim a tática política entre PS e PSD, com o PS a querer cantar vitória da aprovação de Bruxelas e a responsabilizar a direita pela carga fiscal e o PSD e CDS a garantirem que há mais austeridade e a imputarem culpas aos acordos com a esquerda.



Direita contesta o Orçamento, a esquerda apoia. Mas tanto PCP como BE deixaram implícito que vão tentar alterações pontuais na especialidade.

A esquerda também não perdeu a oportunidade e Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda, e João Oliveira, do PCP, alegaram que a segunda versão do documento piorou face ao esboço e teve de incluir mais impostos “por culpa” da pressão feita pelo PSD e por Bruxelas.

Arrepiando caminho na recta final, já depois das declarações que causaram incómodo entre os sociais-democratas, Leitão Amaro e Passos não se referiram ao que disseram ser “o impasse” entre António Costa e Bruxelas e optaram por uma reacção mais cautelosa. Defen-

deram que, para o interesse nacional, é bom que Bruxelas tenha aprovado o Orçamento, mas teceram duras críticas ao documento: traz um “gigantesco aumento de impostos”, acusou o vice da bancada, Hugo Soares. “É uma manta de retalhos e uma reunião de soluções contraditórias”, reforçou Leitão Amaro, “é tudo o que os portugueses não precisavam”, rematou Passos.

Sempre mais cauteloso na estratégia política, Paulo Portas até disse que pediu ao presidente da Comissão Europeia para “não ser intransigente” com Portugal e veio ontem dizer que o OE contém “a maior carga fiscal de que há memória” e que o aumento dos impostos indirectos foi decidido por Costa, não para ceder a Bruxelas, mas “por questões ideológicas para ceder à esquerda”.

PCP, BE e PEV reagiram de forma moderada. Se, por um lado, entendem que o orçamento marca a viragem que os acordos de incidência parlamentar visava – o que pressupõe que votarão a favor –, por outro lado, têm reservas a algumas medidas austeras que foram incluídas na recta final da negociação com Bruxelas e, por isso, vão tentar melhorias na especialidade.

Passos Coelho e o PSD não querem dizer, desde já, como vão votar, mas ficou implícito nas duras reacções que até a abstenção será difícil. O CDS desde logo deixou claro que votaria contra se houvesse um agravamento fiscal para a classe média. E toda a direita e vários analistas são unânimes em considerar que a classe média sai prejudicada com o aumento dos impostos indirectos que Costa teve de fazer para baixar o défice para 2,2% e para cumprir as regras europeias, como exigiu Bruxelas. ■

AS REACÇÕES DOS PARTIDOS



Pedro Passos Coelho
Presidente do PSD

“É um grande aumento de impostos que vai prejudicar, sobretudo, empresas, classe média e a retoma da economia. Há ainda um risco de incumprimento muito elevado.”



Paulo Portas
Presidente do CDS-PP

“O Governo lançou mão de todos os impostos indirectos e de todas as taxas possíveis para atingir um esforço fiscal nunca antes visto e conseguir fechar a conta. Não foi para satisfazer Bruxelas.”



Pedro Delgado Alves
Deputado do PS

“O Orçamento é prudente no cenário macroeconómico e é a demonstração de que é possível uma alternativa, uma política orçamental sustentável que corrige desequilíbrios.”



Mariana Mortágua
Deputada do BE

“Este OE trava o empobrecimento do país, mas falta uma estratégia de crescimento duradouro. Não retira rendimentos às pessoas e tem medidas de redistribuição de rendimentos e justiça fiscal.”



Jerónimo de Sousa
Secretário-geral do PCP

Destacando uma série de “medidas positivas”, relembrou que é preciso elevar os rendimentos dos reformados e idosos. Descongelar as reformas ao fim de seis anos é imperativo.”



IMPOSTOS SOBRE AS FAMÍLIAS

Maioria das famílias paga menos IRS, mas falta medir o resto

Impostos O resto é o impacto das subidas dos impostos indirectos, dos combustíveis ao tabaco. Olhando só para o IRS os ganhos são claros.

Bruno Faria Lopes
e Lígia Simões

ligia.simo@economics.pt

A maioria dos portugueses que pagam IRS deverá sentir um alívio neste imposto após as alterações feitas na proposta de Orçamento do Estado para 2016, mostram as simulações pedidas pelo Económico à consultora EY. Estes "ganhos" – resultantes da redução da sobretaxa e da mudança do tratamento fiscal dado aos filhos dependentes – arriscam, contudo, serem absorvidos parcial ou totalmente pelo aumento da tributação indirecta decidido pelo Governo. As simulações (ver ao lado) sugerem que casais com pelo menos dois filhos e rendimentos médio-altos (a partir de 550 euros brutos por mês por pessoa) são os perdedores com o fim do chamado quociente familiar, que o actual Governo vai revogar e substituir por deduções específicas, e com a manutenção da maior parte da sobretaxa de IRS. A influência dos filhos é clara: um casal com um salário de 5.500 euros cada e com um filho terá um acréscimo anual do rendimento líquido de 320 euros com as novas regras do IRS para este ano.

No outro pólo da distribuição, os escalões de mais baixos rendimentos (que já não pagavam sobretaxa) o saldo fica inalterado entre anos. Estes resultados reflectem os impactos em 2017 quando dos contribuintes acertarem contas com o fisco já com base na nova dedução fixa de 550 euros (incorpora a dedução de 325 euros em vigor) que poderá abater à colecta por cada filho. Nos rendimentos intermédios os ganhos são generalizados, quer para famílias, quer para contribuintes solteiros (com ou sem filhos).

“[O fim do quociente familiar] é bom para famílias numerosas e de rendimentos da classe média alta, irrelevante para os sujeitos passivos com menos ren-

dimentos, pois estes não dispõem de coleta (cerca de 45% não têm coleta de IRS recorde-se)”, afirma o fiscalista Samuel Fernandes de Almeida, sócio da área fiscal da sociedade Vieira de Almeida. “Não se entende em que medida se aumenta a progressividade do imposto”, acrescenta.

O alívio na tributação directa pode, contudo, ser anulado parcial ou totalmente durante o ano com o agravamento dos impostos indirectos sobre o consumo, dos combustíveis ao tabaco, passando ainda pelo imposto único sobre circulação e pelo ISV. Exemplo: uma família com dois carros que gaste um depósito por mês por carro (um consumo muito conservador) gasta mais 90 euros por ano só em ISP. O ministro das Finanças admitiu na sexta-feira que se o preço dos combustíveis aumentar em virtude do preço do barril de petróleo o Governo pode voltar a baixar o imposto.

Deduções fixas podem ser reforçadas

No IRS, Mário Centeno, adiantou ainda que o valor da dedução de 550 euros por filho em sede de

IRS poderá ainda ser ajustado nos próximos meses, admitindo um valor superior ao agora fixado na proposta do OE/16.

“Poderá ter um “afinamento posterior quando for possível calcular o impacto real desta mudança”, admitiu. Mário Centeno voltou a defender que o actual quociente familiar “beneficia as famílias com mais rendimentos”, pelo que optou por deduções fixas por descendente. Apesar de o quociente familiar ir ser substituído por uma dedução fixa, Mário Centeno referiu também que neste Orçamento foi “assumida a mesma despesa fiscal”.

Questionado pelos jornalistas sobre simulações que referem que a classe média é penalizada pela passagem do quociente familiar para dedução fixa – numa altura em que não havia ainda simulações publicadas pelos media (com resultados que apontam para a mesma tendência de melhoria no IRS) – Mário Centeno desenvolveu resposta ao secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (SEAF), Rocha Andrade, que considerou que essa avaliação “depende do que se considera classe média” em Portugal. “Se a classe média formos nós aqui a esta mesa, os médicos, advogados e os comentadores de televisão, de facto, essa classe média fica prejudicada”. Mas, recorda, “há uma outra classe média que ganha 900, 1.000 e 1.100 euros por mês, que fica a ganhar.

A reversão do quociente familiar não é uma questão pacífica, com a Associação Portuguesa das Famílias Numerosas (APFN) a alertar que a “esmagadora maioria” das famílias com filhos vai sofrer agravamentos de IRS. A Associação indica que as famílias com filhos e rendimentos médios acima de 690 euros por mês vão sofrer um “aumento real do imposto” com as novas regras. ■

IMPOSTOS RENDIMENTO DO TRABALHO DEPENDENTE NO SECTOR PRIVADO

Solteiro

Sujeito passivo sem filhos



Sujeito passivo com 1 filho



2015	2016	2015	2016
10.500,00€	10.500,00€	10.500,00€	10.500,00€
-4104,00€	-4104,00€	-4104,00€	-4104,00€
6.396,00€	6.396,00€	6.396,00€	6.396,00€
927,42€	927,42€	927,42€	927,42€
-927,42€	-927,42€	-927,42€	-927,42€
0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
-1.155,00€	-1.155,00€	-1.155,00€	-1.155,00€
9.345,00€	9.345,00€	9.345,00€	9.345,00€

0,00€

0,00€

2015	2016	2015	2016
21.000,00€	21.000,00€	21.000,00€	21.000,00€
-4104,00€	-4104,00€	-4104,00€	-4104,00€
16.896,00€	16.896,00€	16.896,00€	16.896,00€
4179,27€	3.925,22€	3.872,65€	3.911,97€
-1146,78€	-1146,78€	-1.937,30€	-2.111,78€
3.032,49€	2.778,44€	1.935,34€	1.800,19€
-2.310,00€	-2.310,00€	-2.310,00€	-2.310,00€
15.657,51€	15.911,56€	16.754,66€	16.889,81€

254,05€

135,16€

2015	2016	2015	2016
35.000,00€	35.000,00€	35.000,00€	35.000,00€
-4104,00€	-4104,00€	-4104,00€	-4104,00€
30.896,00€	30.896,00€	30.896,00€	30.896,00€
9.585,43€	9.148,95€	9.222,81€	9.135,70€
-977,00€	-977,00€	-1.797,77€	-1.942,00€
8.608,43€	8.171,95€	7.425,04€	7.193,70€
-3.850,00€	-3.850,00€	-3.850,00€	-3.850,00€
22.541,57€	22.978,05€	23.724,96€	23.956,30€

436,48€

231,34€

NOTAS:

1. As presentes simulações foram efectuadas com base na Informação disponível na Proposta do Orçamento do Estado para 2016 e EY. As deduções pessoais do agregado familiar e considerando as seguintes deduções à colecta: encargos com imóveis (rendas); €1 que os sujeitos passivos são casados, com dois titulares de rendimento, auferem exactamente o mesmo montante de rendimento. Fonte: Proposta de Orçamento do Estado para 2016 e EY



As simulações feitas pela consultora EY parecem não oferecer dúvidas: as mudanças no IRS resultam num alívio fiscal para as famílias de rendimentos médios - da gama baixa à média/alta. A perder deverão ficar os casais com dois filhos e rendimentos médio-altos e altos. Nos escalões de rendimentos mais baixos tudo deverá ficar na mesma. Estes são os resultados sobretudo da conjugação da eliminação da sobretaxa de IRS (de forma progressiva) com a mudança do tratamento fiscal dado aos filhos. Estes ganhos não são, contudo, o fim da história: nos impostos indirectos, dos combustíveis ao tabaco passando pelos carros novos, o agravamento absorverá parte dos ganhos.

Casado

Sujeito passivo com 1 filho

Sujeito passivo com 2 filhos

Rendimento bruto

750 euros/mês

	2015	2016	2015	2016
Rendimento bruto anual	21.000,00 €	21.000,00 €	21.000,00 €	21.000,00 €
Deduções específicas	-8.208,00 €	-8.208,00 €	-8.208,00 €	-8.208,00 €
Rendimento colectável	12.792,00 €	12.792,00 €	12.792,00 €	12.792,00 €
Colecta IRS	1.854,84 €	1.854,84 €	1.854,84 €	1.854,84 €
Deduções	-1.854,84 €	-1.854,84 €	-1.854,84 €	-1.854,84 €
IRS a pagar	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Segurança Social	-2.310,00 €	-2.310,00 €	-2.310,00 €	-2.310,00 €
Rendimento líquido anual	18.690,00 €	18.690,00 €	18.690,00 €	18.690,00 €

Varição no rendimento líquido anual

0,00€

0,00€

Rendimento bruto

1.500 euros/mês

	2015	2016	2015	2016
Rendimento bruto anual	42.000,00 €	42.000,00 €	42.000,00 €	42.000,00 €
Deduções específicas	-8.208,00 €	-8.208,00 €	-8.208,00 €	-8.208,00 €
Rendimento colectável	33.792,00 €	33.792,00 €	33.792,00 €	33.792,00 €
Colecta IRS	8.051,92 €	7.837,19 €	7.745,29 €	7.823,94 €
Deduções	-2.080,34 €	-2.276,78 €	-2.757,30 €	-3.156,78 €
IRS a pagar	5.971,58 €	5.560,41 €	4.987,99 €	4.667,16 €
Segurança Social	-4.620,00 €	-4.620,00 €	-4.620,00 €	-4.620,00 €
Rendimento líquido anual	31.408,42 €	31.819,59 €	32.392,01 €	32.712,84 €

Varição no rendimento líquido anual

411,17€

320,83 €

Rendimento bruto

2.500 euros/mês

	2015	2016	2015	2016
Rendimento bruto anual	70.000,00 €	70.000,00 €	70.000,00 €	70.000,00 €
Deduções específicas	-8.208,00 €	-8.208,00 €	-8.208,00 €	-8.208,00 €
Rendimento colectável	61.792,00 €	61.792,00 €	61.792,00 €	61.792,00 €
Colecta IRS	18.558,24 €	18.284,65 €	17.895,61 €	18.271,40 €
Deduções	-1.922,60 €	-2.107,00 €	-2.617,77 €	-2.987,00 €
IRS a pagar	16.635,63 €	16.177,65 €	15.277,84 €	15.284,40 €
Segurança Social	-7.700,00 €	-7.700,00 €	-7.700,00 €	-7.700,00 €
Rendimento líquido anual	45.664,37 €	46.122,35 €	47.022,16 €	47.015,60 €

Varição no rendimento líquido anual

457,98€

-6,56€

2016, tendo em conta a eliminação do quociente familiar e a introdução de uma dedução fixa por dependente de €350.12. O cálculo do IRS a pagar foi efectuado considerando as '200, despesas de educação: €1300 por dependente, despesas de saúde: €1500 por agregado, despesas gerais familiares: €750013. Nas presentes simulações estamos a considerar o rendimento anual e optamos pela tributação conjunta.

Infografia: Maria Carvalho | maria.carvalho@economics.pt

ANÁLISE

A contra-reforma do IRS



Mónica Costa
Senior Manager, EY

Como é habitual, a tributação das famílias é um dos temas mais "quentes" à volta da discussão da Proposta do Orçamento do Estado para 2016 ("POE 2016"). No final do dia, este é o tema que afeta todos e cada um de nós.

Por conseguinte, os dias (e as semanas...) que antecederam a apresentação da POE 2016 foram marcados por uma especulação à volta deste tema: a subida (ou descida) de taxas, o eventual agravamento da tributação sobre os dividendos, mais-valias e rendimentos prediais, através da eliminação da tributação liberatória (ou do aumento) da actual taxa dos 28%, a revisão dos escalões de IRS, a revisão (eliminação) do coeficiente conjugal, mais ou menos deduções à coleta, etc.. Isto, a par da discussão acerca da possível reintrodução do Imposto Sucessório e a possível descida da Taxa Social Única.

Analisada a POE 2016, afinal o que muda em matéria de tributação individual? Bem, na verdade, as alterações são poucas, em número - são modificações pouco mais de dez artigos do Código do IRS -, e o respei-

vo impacto financeiro não é facilmente quantificável, mas há alterações que são relevantes no que respeita à estrutura e ao modelo de tributação e que põem em causa a tão desejada estabilidade do nosso sistema fiscal.

Assim, o coeficiente familiar que foi uma das medidas emblemáticas da Reforma do IRS (em vigor desde Janeiro de 2015) - que assumiu como um dos seus principais vectores a protecção das famílias -, permitindo a divisão, por efeitos de determinação da taxa do imposto, do rendimento tributável por um quociente que atende ao número de membros do agregado familiar, incluindo pais e filhos, estará condenado a vigorar por apenas um ano, regressando ao modelo do coeficiente conjugal, na versão que havia vigorado desde os primórdios do IRS.

Em contrapartida da eliminação do quociente familiar, a POE 2016 prevê um aumento das deduções pessoais à coleta de IRS no que concerne a dependentes e ascendentes. Ao mesmo tempo, foram (ligeiramente) revistos os escalões de IRS, conduzindo a um ligeiro desagregamento de tributação ao nível dos escalões mais baixos de rendimentos.

Enfim, avanços e recuos de um imposto estrutural do nosso sistema e que desejavelmente deveria ser estável. De facto, ainda que estejamos já habituados à inconstância do nosso sistema fiscal, esperar-se-ia que as medidas que foram largamente debatidas no contexto de uma Reforma do IRS sobrevivessem a um primeiro Orçamento do Estado, sobretudo quando nem sempre se vislumbram os motivos subjacentes a estes avanços e recuos.

Uma nota final sobre a vida (e a sobrevivência) da sobretaxa. Esta "taxinha" que se apresentou como uma medida conjuntural e "extraordinária", que já fez discorrer tanta tinta sobre a sua devolução, existe desde 2011, com o propósito de vigorar apenas por três anos, tendo agora visto (à margem da POE 2016) as suas regras de cálculo alteradas, ao mesmo tempo que é anunciado o seu fim, gerando, mais uma vez, a dúvida e a confusão entre os sujeitos passivos, cabendo perguntar... Porquê? Para quê? ■

Ainda que estejamos já habituados à inconsistência do nosso sistema fiscal esperar-se-ia que as medidas que foram largamente debatidas na reforma do IRS sobrevivessem a um primeiro Orçamento do Estado.



FUNÇÃO PÚBLICA

Governo repõe salários, mas emagrece a máquina

Estado Governo recupera regra do “dois por um” de José Sócrates, para reduzir pessoal em 2016. Valorizações remuneratórias e prémios de desempenho continuam congelados.

Denise Fernandes

denise.fernandes@economico.pt

As medidas que integram a proposta de Orçamento do Estado para este ano dirigidas aos funcionários públicos têm poucas alterações face ao orçamento do ano passado. Conheça as principais.

REGRESSO DO “DOIS POR UM”

Esta é a maior novidade para a Administração Pública. Depois das negociações com Bruxelas, o Governo recuou e vai afinal continuar a reduzir pessoal, deixando cair a intenção inicial de manter o número de funcionários. A regra dos tempos de José Sócrates – por cada duas saídas apenas uma contratação – vai voltar. Na prática, implicará uma redução líquida de 10 mil trabalhadores, uma vez que, por ano, saem para a reforma cerca de 20 mil funcionários. O Governo espera assim uma poupança de 100 milhões de euros com a medida. Já os contratos a termo não podem ser renovados este ano, tal como em 2015, a não ser exceção e devidamente fundamentados.

VALORIZAÇÕES SALARIAIS E PRÉMIOS PROIBIDOS

A proibição de valorizações remuneratórias, seja através de progressões ou promoções na carreira, nomeações ou prémios de desempenho vai permanecer em 2016. Só em alguns casos, como mudanças de categoria ou de posto (militares da GNR, por exemplo), será possível um aumento, mas desde que não haja subida das despesas com pessoal. Aliás, o Governo já disse que as progressões na Função Pública só serão descongeladas em 2018 e de forma gradual. Tal como em 2015, podem ser atribuídos prémios de desempenho apenas com carácter excepcional, com limite de 2% dos trabalhadores do serviço desde que não implique aumento da despesa. Um limite que pode ser alargado até 5% em termos a definir por portaria.

CORTES NAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS

Os cortes no pagamento do trabalho extraordinário ou suplementar “como medida de estabilidade orçamental” mantêm-se este ano, lê-se na proposta do OE/16. Assim, quem trabalha 35 horas por semana tem di-



João Vieira Lopes
Presidente da CCP

Consideramos os cenários macroeconómicos mais realistas que os do esboço inicial. Registamos a previsão de desaceleração das exportações, o que vem reforçar a necessidade sempre defendida pela CCP de valorização do papel do mercado interno no crescimento da economia. A carga fiscal aumenta globalmente mais do que o esperado e previamente anunciado, havendo a desoneração das famílias mas uma oneração significativa das empresas. Preocupamo-nos em especial o agravamento fiscal que impende sobre os sectores automóvel e de transportes. O aumento do imposto de selo é outro aspecto negativo, quer ao nível do crédito ao consumo quer ao nível das comissões sobre as transacções com cartão que irão, certamente, recair sobre os comerciantes que dificilmente poderão repercutir este custo adicional sobre os consumidores. I.M.

reito a 12,5% da remuneração na primeira hora e 18,75% nas seguintes.

REPOSIÇÃO DOS SALÁRIOS E 35 HORAS DE TRABALHO

Estas duas medidas não constam da proposta do OE/16, mas em leis próprias. A reposição salarial já está em vigor e é feita ao ritmo de 20% por cada trimestre, o que significa que em Outubro acabam-se os cortes que estão a ser aplicados a salários acima de 1.500 euros brutos. No relatório que acompanha a proposta do OE/16 é referido um custo de 447 milhões com a reposição salarial. Quanto ao horário de trabalho, o primeiro-ministro, António Costa, garantiu ontem que as 35 horas semanais vão ser aplicadas a partir de Julho.

SUBSÍDIOS DE NATAL EM DUODÉCIMOS

Os subsídios de Natal – tanto para os funcionários públicos como para os pensionistas – vão continuar a ser pagos em duodécimos este ano. A medida é transitória “até que seja legalmente prevista a possibilidade de opção” pelo pagamento na íntegra do subsídio. Quanto ao subsídio de alimentação, mantém-se o congelamento nos 4,27 euros.

COMBATE À PRECARIIDADE

Na proposta do OE/16 o Governo estabelece que vai definir uma “estratégia plurianual de combate à precariedade” na administração pública. Assim que o OE entrar em vigor (prevê-se que seja em Abril), o Governo terá um prazo de seis meses para fazer “um levantamento de todos os instrumentos de contratação utilizados pelos serviços, organismos e entidades da Administração Pública”, lê-se no documento. Em particular, o Executivo quer saber quantos Contratos Emprego-Inserção, estágios, bolsas de investigação ou contratos de prestação de serviços são feitos pelos organismos públicos. ■

SAÚDE**Dotação da saúde sobe 258,5 milhões**

Num ano em se alarga o número de utentes isentos de pagar as taxas moderadoras que baixam 2 euros nas urgências dos hospitais e 50 centimos nos centros de saúde, o Ministério da Saúde vê crescer a sua dotação. A Saúde tem este ano mais 258,5 milhões de euros no Orçamento, mais 2,8% face ao ano passado, atingindo uma despesa de 9.479,7 milhões de euros. Este aumento na dotação deve-se, em parte, à subida das receitas da ADSE que cresceram 40,6 milhões de euros (8%), que o Governo justifica com o “alargamento da base de beneficiários”. Os 39 hospitais, centros hospitalares ou unidades locais de saúde incluídos no universo de Entidades Públicas Reclassificadas vão receber menos 89,7 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 1,8%. Mais dinheiro vai receber a Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) e a Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde (Infarmed), respectivamente com um reforço de 104,1 milhões de euros (mais 2,2%) e 40 milhões de euros. A.P.



IMPOSTOS RENDIMENTO DO TRABALHO DEPENDENTE NA FUNÇÃO PÚBLICA

Os trabalhadores da Função Pública com salários acima de 1.500 euros brutos estão entre os principais beneficiados da proposta de Orçamento do Estado para 2016. A melhoria do rendimento anual é resultado da eliminação integral do corte salarial que já vigorava desde 2010 – o corte era progressivo pelo que a sua reversão beneficia mais as pessoas com salários mais altos. A eliminação da sobretaxa – também incluída nas simulações publicadas ao lado – são outro factor de alívio. Estes resultados devem ser cruzados com a mudança do tratamento fiscal dado aos filhos, que tende a beneficiar rendimentos intermédios e pessoas com menos de dois filhos.

NOTAS:

1. As presentes simulações foram efectuadas com base na informação disponível na Proposta do Orçamento do Estado para 2016, tendo em conta a eliminação do quociente familiar e a introdução de uma dedução fixa por dependente de €350.12. O cálculo do IRS a pagar foi efectuado sem consideração de quaisquer dependentes e sem considerar qualquer outro tipo de dedução à colecta e benefícios fiscais. 13. Para efeitos do cálculo das reduções remuneratórias foi considerado o pagamento do subsídio de Natal em duodécimos e o pagamento do subsídio de férias em Julho.

Fonte: Proposta de Orçamento do Estado para 2016 e EY

Subvenções

No ano passado, o valor orçamentado para pagar subvenções foi de 1,3 milhões.

As subvenções mensais vitalícias pagas a ex-titulares de cargos políticos e a ex-juizes do Tribunal Constitucional vão custar 18,78 milhões de euros este ano, revela um dos mapas que acompanha a proposta do Orçamento do Estado para 2016. No ano passado foi orçamentado o valor de 1,3 milhões de euros, segundo adiantou ao Diário Económico fonte do Ministério da Segurança Social, que tutela a Caixa Geral de Aposentações (CGA).

O acréscimo de 17,5 milhões de euros (mais de 1000%) face ao ano passado “destina-se a dar cumprimento ao acórdão do

**Solteiro**Sujeito passivo
sem filhos**Casado**Sujeito passivo (1 titular)
sem filhosRendimento bruto **700** euros/mês

	2015	2016	Diferença		2015	2016	Diferença
Rendimento bruto anual	9.800,00€	9.800,00€	0,00€		9.800,00€	9.800,00€	0,00€
Deduções específicas	-4104,00€	-4104,00€	0,00€		-4104,00€	-4104,00€	0,00€
Rendimento colectável	5.696,00€	5.696,00€	0,00€		5.696,00€	5.696,00€	0,00€
IRS a pagar	825,92€	825,92€	0,00€		825,92€	825,92€	0,00€
Segurança Social	1.078,00€	1.078,00€	0,00€		1.078,00€	1.078,00€	0,00€
ADSE	343,00€	343,00€	0,00€		343,00€	343,00€	0,00€
Rendimento líquido anual	7.553,08€	7.553,08€	0,00€		7.553,08€	7.553,08€	0,00€

Variação no rendimento líquido anual

0,00€

0,00€

Rendimento bruto **1.000** euros/mês

	2015	2016	Diferença		2015	2016	Diferença
Rendimento bruto anual	14.000,00€	14.000,00€	0,00€		14.000,00€	14.000,00€	0,00€
Deduções específicas	-4104,00€	-4104,00€	0,00€		-4104,00€	-4104,00€	0,00€
Rendimento colectável	9.896,00€	9.896,00€	0,00€		9.896,00€	9.896,00€	0,00€
IRS a pagar	1.939,27€	1.860,22€	-79,05€		1.434,92€	1.434,92€	0,00€
Segurança Social	1.540,00€	1.540,00€	0,00€		1.540,00€	1.540,00€	0,00€
ADSE	490,00€	490,00€	0,00€		490,00€	490,00€	0,00€
Rendimento líquido anual	10.030,73€	10.109,78€	79,05€		10.535,08€	10.535,08€	0,00€

Variação no rendimento líquido anual

79,05€

0,00€

Rendimento bruto **2.700** euros/mês

	2015	2016	Diferença		2015	2016	Diferença
Rendimento bruto anual	37.800,00€	37.800,00€	0,00€		37.800,00€	37.800,00€	0,00€
Corte	-2.038,40€	-782,60€	1.255,80€		-2.038,40€	-782,60€	1.255,80€
Rendimento bruto com corte	35.761,60€	37.017,40€	1.255,80€		35.761,60€	37.017,40€	1.255,80€
Deduções específicas	-4104,00€	-4104,00€	0,00€		-4104,00€	-4104,00€	0,00€
Rendimento colectável	31.657,60€	32.913,40€	1.255,80€		31.657,60€	32.913,40€	1.255,80€
IRS a pagar	9.893,88€	9.930,69€	36,81€		7.675,53€	7.591,25€	-84,28€
Segurança Social	3.933,78€	4.071,91€	138,14€		3.933,78€	4.071,91€	138,14€
ADSE	1.251,66€	1.295,61€	43,95€		1.251,66€	1.295,61€	43,95€
Rendimento líquido anual	20.682,29€	21.719,18€	1.036,89€		22.900,64€	24.058,62€	1.157,99€

Variação no rendimento líquido anual

1.036,89€

1.157,99€

Infografia: Maria Carvalho | maria.carvalho@economico.pt

AHRESP**Pedro Carvalho**

Diretor do Departamento de investigação, Planeamento e Estudos da Associação de Restauração e Similares de Portugal (AHRESP)

A nossa proposta inicial era para a reposição integral do IVA a 13% e nessa medida, já sabemos que os resultados esperados não vão ter a dimensão desejada. Mas não podemos dizer que estamos pessimistas quanto aos efeitos para o sector, da exclusão de algumas bebidas, pois entre 70% a 85% é centrado na alimentação. E aí é uma reposição mais do que justa. Além disso, estamos em negociações com o Governo e a acertar detalhes técnicos para que no início de 2017 a reposição seja total, como é desejo de todos.

**Ana Cid Gonçalves**

Secretária Geral da Associação Portuguesa de Famílias Numerosas

A remoção do quociente familiar vem aumentar os impostos sobre famílias com filhos. Há uma pequena percentagem de famílias que vai ver a sua situação melhorada, que são as mesmas pessoas que já tinham visto o seu abono a ser cortado. São pessoas com baixos rendimentos que não têm muitas despesas para apresentar. Já se sabia que a orientação ia no sentido no quociente. Não se pode ter em conta apenas os rendimentos, mas sim o número de pessoas que vive do rendimento.

vitalícias dispararam para 18,7 milhões de euros

Tribunal Constitucional que considerou inconstitucional a norma introduzida pelo anterior Governo no OE/15", explica a mesma fonte.

Em causa está o chumbo do Tribunal Constitucional à norma que levou à suspensão das subvenções vitalícias a ex-titulares de cargos políticos cujo rendimento fosse superior a 2 mil euros, associando o pagamento das prestações à condição de recursos. A decisão do TC, conhecida em Janeiro, além de voltar a permitir o pagamento integral das subvenções vitalícias, obriga a que os beneficiários recebam com retroactivos o que foi cortado em 2015.

Segundo o último relatório de actividades da CGA, em 2014

BENEFICIÁRIOS**341**

Segundo a CGA, em 2014 havia 341 beneficiários de subvenções vitalícias. Em média, cada prestação valia 2.318 euros.

havia 341 beneficiários a receber subvenções vitalícias. Em 2013, ainda sem restrições às subvenções, a despesa anual rondava os dez milhões de euros, sendo o valor médio mensal da subvenção de 2.318 euros, como noticiou na altura o Diário Económico.

As subvenções foram criadas em 1985 e bastavam oito anos no cargo para ter direito a recebê-la, sendo esta acumulável com a pensão. Dez anos depois, em 1995, passaram a exigir-se 12 anos ou mais no cargo e o acesso à subvenção passou a ser possível após os 55 anos de idade, com limites na acumulação com a pensão. Em 2005, foi colocado um fim ao regime das subvenções vitalícias, mas os

direitos adquiridos foram assegurados. Ou seja, os cargos políticos em curso que já tivessem garantidas as condições para receber a subvenção, não perderiam o direito à mesma. Cavaco Silva, por exemplo, tem direito à prestação por ter sido primeiro-ministro entre 1985 e 1995 (antes da revogação do regime, mas abdicou da subvenção em 2006 quando tomou posse como Presidente da República. Porém, a 9 de Março, quando deixou a Presidência, poderá optar por receber a subvenção vitalícia.

Entre os beneficiários de subvenções estão, por exemplo, Bágão Félix, Manuela Ferreira Leite, António Vitorino, Manuel Alegre ou Carlos Carvalhal. ■ D.F.



Julho de 2013: Lobo Xavier, que liderou a comissão de reforma do IRC, apresenta a proposta com a equipa das Finanças do anterior Governo. O actual Executivo, menos de três anos depois, reorienta a política fiscal para as empresas.

IMPOSTOS PARA AS EMPRESAS

Fiscalistas alertam para risco de litigância

Instabilidade Especialistas criticam reversões na reforma do IRC e alterações constantes nos impostos sobre as empresas.

Mais um Orçamento do Estado, mais mudanças na fiscalidade para as empresas (e as famílias: ver página 14) – e mais críticas dos fiscalistas sobre a instabilidade do sistema para as empresas, neste caso no sentido da reversão das medidas comunicadas na reforma do IRC.

“A presente Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2016 contém um conjunto de medidas que, a serem aprovadas, como se prevê, são claramente incompatíveis com a desejável estabilidade dos regimes de tributação e com a atractividade do sistema fiscal português”, considera Rogério M. Fernandes Ferreira, fundador e sócio da RFF&Associados. “Marcam mesmo um assumido retrocesso em contexto de contra-reforma fiscal, não se podendo deixar de concluir que terão um efeito penalizador, em última instância, no tecido empresarial e na economia portuguesa”, acrescenta.

A reversão da descida da taxa de IRC, a mudança do regime de tributação de mais-valias e dividendos (no chamado regime

“participation exemption”) e a redução abrupta do período de reporte dos prejuízos fiscais (de 12 para cinco anos) são medidas que encaixam nesta instabilidade apontada por Fernandes

“

A presente proposta contém um conjunto de medidas incompatíveis com a desejada estabilidade dos regimes de tributação.

Rogério M. Fernandes Ferreira
Fiscalista

Ferreira, como por Samuel Fernandes Almeida (sócio da Vieira de Almeida) ou António Neves (da EY, ver texto ao lado). Em alguns casos, os fiscalistas admitem que as alterações venham mesmo a gerar litigância. “A [redução do período de reporte de prejuízos] pode suscitar questões de outra natureza e relacionadas com a retroactividade da lei fiscal ou com expectativas legítimas dos contribuintes, neste caso, de grandes grupos económicos portugueses cuja dimensão não deve poder justificar menos garantias de defesa perante algumas arbitrariedades pouco reflectivas por parte do legislador fiscal”, considera Fernandes Ferreira. Samuel Fernandes de Almeida aponta no mesmo sentido. “Não podemos deixar de censurar o recurso excessivo às normas de carácter interpretativo, uma forma hábil de contornar as limitações constitucionais em matéria de retroactividade das normas tributárias”, afirma ao Económico. “Espera-se certamente um acréscimo da conflitualidade”, remata. ■ B.F.L. e L.S.

ANÁLISE

O que muda para as empresas



António Neves
Partner, EY

Foi, finalmente, conhecida a Proposta do Orçamento do Estado para 2016 (“POE 2016”). Após muita discussão nos meios de comunicação, entre algumas surpresas, confirmam-se as medidas já anunciadas.

Desde logo, a percentagem de participação para efeitos do regime participation exemption, aplicável a dividendos e mais-valias, sobe dos atuais 5% para 10%, aliás como defendia o PS aquando da Reforma do IRC. Tal medida irá, certamente, prejudicar alguns investidores, em particular, acionistas de sociedades cotadas. Esta foi, precisamente, a razão pela qual alguns grupos económicos anteciparam a distribuição de dividendos em finais de 2015. Mas há uma boa notícia ... o prazo de detenção será reduzido de 2 para 1 ano!

Outra medida, difícil de entender, é a redução do período de reporte dos prejuízos fiscais, que passa de 12 para 5 anos. De facto, após várias alterações (de 6 para 4, depois para 5 e mais recentemente para 12), seria de esperar alguma estabilidade nesta norma. Infelizmente, tal não se verifica e deixa Portugal longe dos seus parceiros comunitários.

Para alguns grupos económicos, a POE 2016 vem trazer uma péssima novidade, que a muitos passa despercebida. Na verdade, pretende-se acabar com uma norma de suspensão de tributação, consagrado enquanto regime transitório no Orçamento do Estado para

2001, relativamente a resultados decorrentes de operações entre sociedades tributadas no âmbito do anterior Regime de Tributação pelo Lucro Consolidado, desconsiderados ao abrigo deste regime. Assim, propõe-se o pagamento do IRC sobre esses resultados suspensos, em três “suaves” prestações. Com certeza haverá muita polémica à volta desta alteração, cuja legitimidade jurídica poderá ser duvidosa.

Na senda das recomendações da OCDE, no âmbito do projeto BEPS, introduz-se uma obrigação documental muito relevante em matéria de reporte de informação financeira e fiscal de grupos multinacionais, isto é, o denominado Country-by-Country Report. Esta será, até ver, uma obrigação quando o montante dos rendimentos apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao último período contabilístico de base anual anterior ao período de reporte seja igual ou superior a €750.000.000.

Uma verdadeira inovação, no regime fiscal português, consta de autorização legislativa e prende-se com um regime de reavaliação de ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento. De acordo com a POE 2016, esse regime permitirá o step-up da base fiscal dos ativos reavaliados, em contrapartida da tributação – durante 3 exercícios – da reserva de reavaliação, a uma taxa de 14%. Na prática, os contribuintes pagam imposto à cabeça, permitindo-lhes um aumento dos capitais próprios e, portanto, fortalecendo a situação patrimonial da empresa, sendo que irão recuperar essa tributação via a depreciação desses ativos e no momento da sua alienação. Haverá, obviamente, algumas obrigações a cumprir pelas empresas, designadamente, a manutenção dos ativos durante um certo período de tempo.

Finalmente, no que concerne às operações de financiamento, vem restringir-se a isenção de Imposto do Selo nos suprimentos, passando a exigir-se que os sócios detenham uma participação mínima de 10% e há, pelo menos, 1 ano, isto é, à semelhança do que acontece para efeitos da dispensa de retenção na fonte doméstica em sede de IRC. ■

Para alguns grupos económicos, a proposta traz uma péssima novidade, que a muitos passa despercebida.



ENSINO SUPERIOR

Governo vai rever regras no acesso ao Superior

Universidades Este é o primeiro dos últimos sete anos em que não há corte nas verbas disponíveis para as universidades e politécnicos.

Ana Petronilho
ana.petronilho@economico.pt

Este ano traz algumas novidades para o Ensino Superior. Além de maior autonomia para as contratações de investigadores, professores e pessoal não docente, este é o primeiro dos últimos sete anos em que a dotação para as universidades e politécnicos não é reduzida. Em 2016 o orçamento para o Superior e Ciência vai ter mais 77,6 milhões de euros (3,6%) dos quais apenas cinco milhões serão suportados pelo Estado.

Ainda durante este ano o Governo vai rever as regras de acesso às universidades e politécnicos. De acordo com a proposta do OE/2016, o ministro Manuel Heitor quer "avaliar o regime de acesso ao ensino superior" e promover "o debate público sobre esta matéria". A alteração às regras no acesso ao Superior foi um tema em cima

da mesa durante o mandato do anterior governo e foi reclamado pelos reitores e pelos presidentes dos politécnicos.

Na altura, houve vários cenários em debate e uma das possibilidades passava por exigir aos alunos notas mínimas diferentes ou exigir exames específicos diferentes caso se trate de candidatura a uma universidade ou a um instituto po-

litécnico. O Conselho Coordenador dos Politécnicos (CCISP), chegou mesmo a entregar uma proposta à tutela que previa que cada instituição deveria ter a liberdade de decidir o peso do exame nacional na nota de candidatura dos alunos, que tem hoje uma ponderação de 50% cada. Com esta medida seria reduzida a ponderação das provas em relação à classificação média do ensino secundário. Desta forma, seria possível concorrer à mesma licenciatura com notas diferentes, consoante a instituição de ensino.

Segundo a proposta do OE/2016, o Governo vai ainda lançar um "programa de modernização" do ensino politécnico. Esta medida passa pelo reforço em investigação nestas instituições e pela "dinamização de formações curtas", refere a proposta do OE, "em estreita articulação com o tecido produtivo, social e artístico local". ■

VERBAS

77,6 milhões

É o montante de que o Superior e Ciência vão dispor este ano e que corresponde a um reforço de 3,6% face ao último ano.

EDUCAÇÃO

Básico e Secundário com menos 82 milhões de euros

Verbas para apoiar as turmas em colégios vai aumentar 14,4 milhões de euros. Pré-Escolar sofre corte de 5,6 milhões.

O orçamento para o ensino do Básico e Secundário vai encolher 82 milhões de euros face ao ano passado, o que representa um corte de 1,4%. Segundo a proposta do OE/2016, o ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, dispõe este ano de uma despesa de 5.843,3 milhões de euros em 2016. São menos 82 milhões de euros que no ano passado, sendo que o Estado terá um acréscimo de despesa em 16,7 milhões de euros.

Já no inverso, o investimento no ensino Particular e Cooperativo vai crescer e os apoios do Estado aos colégios vai aumentar 14,4 milhões de euros este ano, com uma despesa prevista

de 254,3 milhões de euros. Este aumento surge poucas semanas depois da secretária Estado Adjunta e da Educação, Alexandra Leitão, ter adiantado no Parlamento que, durante este ano lectivo, vai ser feita uma avaliação "de forma criteriosa à necessidade e à validação das turmas" com contratos de associação (turmas que funcionam em colégios privados e recebem apoio do Estado). A governante sublinhou ainda que "é necessária uma racionalização da rede que não deve ter redundâncias".

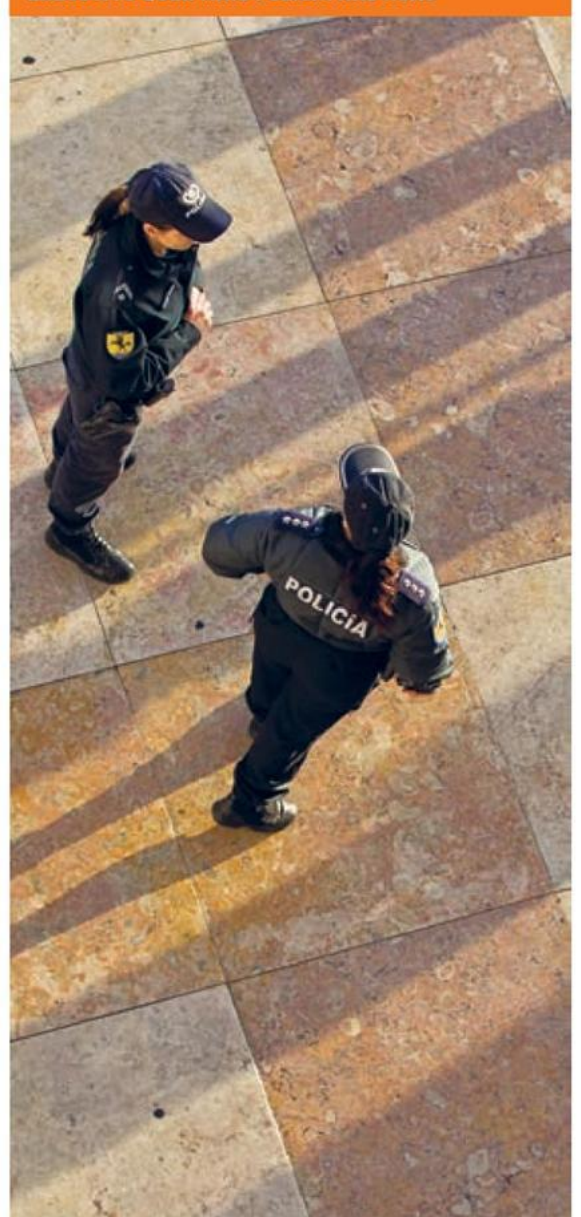
Já a dotação para o Pré-Escolar vai cair 1,2%, o que equivale a menos 5,6 milhões de euros. A quebra na dotação para o Pré-Escolar acontece num ano em que o Governo vai aumentar o número de crianças na rede do pré-escolar, descendo a ida-

de limite, dos cinco aos três anos, a partir da qual o Estado garante o acesso gratuito e universal a estas escolas.

Também as verbas disponíveis para a Parque Escolar vão cair na ordem dos 2,6 milhões de euros, menos 1,4% face ao ano passado. Este ano, a empresa pública, criada em 2007, responsável pela requalificação das escolas básicas e secundárias tem um orçamento de 186,8 milhões de euros.

Deste valor, 162 milhões resultam de receitas próprias da empresa a que acrescem 25 milhões de euros de fundos comunitários. Mas, apesar da redução de orçamento disponível, o Ministério da Educação vai investir este ano 88,7 milhões de euros para a requalificação de escolas, através da Parque Escolar. ■ A.P.

EXECUTIVO QUER MAIS POLÍCIA NAS RUAS



Disponibilizar um maior número de polícias para trabalho operacional e aumentar a participação de elementos das forças de segurança em missões internacionais são duas das prioridades da área da segurança interna para este ano. Está também prevista "a reorganização de procedimentos e dos recursos humanos de modo a libertar o maior número de elementos das forças de segurança para trabalho operacional". Para cumprir esse plano, conforme descrito na proposta de OE, o Governo vai "investir em recursos tecnológicos, no desenvolvimento de parcerias para a segurança comunitária e na reorganização das forças de segurança e suas infra-estruturas", adianta o documento

Paulo Figueiredo



SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO

Quanto vai o Estado poupar com as PPP

Transportes. Proposta orçamental aponta para poupança média anual de 722 milhões com renegociação dos contratos das PPP rodoviárias.

Nuno Miguel Silva
nuno.silva@economico.pt

Parece cada vez mais difícil chegar a um consenso sobre o real valor das poupanças conseguidas com o processo de renegociação dos contratos das Parcerias Público-Privadas (PPP) do sector rodoviário, iniciadas no anterior Governo de Pedro Passos Coelho e que serão prosseguidas durante o Executivo de António Costa.

De acordo com a proposta de Orçamento do Estado para 2016, "a redução de encargos líquidos para o Estado, resultante da negociação destes contratos, pode chegar perto dos 722 milhões de euros (em valores actualizados sem IVA), por referência a Dezembro de 2012, para o período entre 2013 e o fim" das referidas parcerias. A larga maioria das concessões rodoviárias em causa irá findar em 2030 e nos anos seguintes. Estes cálculos foram feitos de acordo com a taxa nominal de 6,08%, definida por despacho de 7 de Julho de 2003. Segundo o mesmo documento, "esta redução de encargos líquidos para o Estado representa uma descida de 9,5% face aos encargos assumidos pelo Estado antes do processo de renegociação".

As diferenças em relação às contas apresentadas pelo anterior Governo sobre o processo de renegociação dos contratos desta PPP é evidente. A 28 de Agosto passado, num 'briefing' do Conselho de Ministros, o então secretário de Estado das Obras Públicas e Infra-estruturas, Sérgio Silva Monteiro, anunciou que a poupança com a renegociação de seis subconcessionárias atingia 3,5 mil milhões de euros. Depois, a 30 de Outubro, já em clima de pré-campanha eleitoral, o anterior Governo considerava ser possível uma poupança de 7,3 mil milhões de euros, para o conjunto mais alargado das PPP rodoviárias e para o tempo integral de vida destas concessões.

A 16 de Novembro, a UTAP - Unidade Técnica de Apoio às

PPP, estimava que a poupança alcançada e a alcançar, para um conjunto de nove subconcessões rodoviárias, se fixaria em 2,9 mil milhões de euros, a preços correntes e com IVA.

Desacerto de números

O encontro de contas sobre este processo, já de si complexo, promete ser uma meta impossível. Além do objecto de concessões, do prazo em análise e dos métodos de contabilização serem diferentes de entidade para entidade, há ainda outras divergências políticas insanáveis

A transferência dos encargos com grandes reparações em oito dos nove contratos renegociados, "passam a ser assumidos pelo Estado no futuro, de acordo com o novo modelo de financiamento acordado".

sobre este processo. Este diferendo já se adivinhava, desde que Pedro Marques, ministro do Planeamento e das Infra-estruturas, foi, há cerca de duas semanas, à Assembleia da República, afirmar que a renegociação das PPP concretizada pelo anterior Governo traduzia "algumas poupanças, mas não tem nada a ver com os seis mil milhões de euros [outro número] que têm sido anunciados".

"Se olharmos para valores actualizados e para os custos que o Estado assumiu, pode haver alguma poupança, mas não a propaganda que andaram a fazer", afirmou Pedro Marques. "Conseguiu-se alguma poupança, mas muita da negociação do Governo anterior foi retirar muitos encargos para o lado do Estado", concluindo que houve "muita propaganda e pouca substância". A proposta de OE para este ano explica que, no decurso do processo de renegociação destas PPP, houve vários impactos, "resultantes da transferência de riscos e da assunção de encargos adicionais, bem como da redução de receitas para o Estado".

O documento sublinha que a transferência dos encargos com grandes reparações em oito dos nove contratos renegociados, "passam a ser assumidos pelo Estado no futuro, de acordo com o novo modelo de financiamento acordado. E a proposta de OE para 2016 alerta ainda que "a estimativa de redução de encargos líquidos decorrente da negociação destes contratos, sendo uma projecção, pode variar em função de variáveis dinâmicas, como é o caso dos encargos efectivos que vierem a ser suportados pelo Estado em grandes reparações e em função do perfil de tráfego efectivo que venha a verificar-se nos empreendimentos rodoviários em apreço".

De referir ainda que, da negociação destes contratos, resultou o alargamento do princípio de neutralidade fiscal relativamente a variações na tributação directa sobre o lucro. ■

REVERSÃO DAS SUBCONCESSÕES DE TRANSPORTES NÃO ALTERA



OE2016 VISTO POR



Hélder Pedro
Secretário-geral da Associação do Comércio Automóvel (ACAP)

Lamento que o Governo tenha escolhido o sector automóvel como alvo para atacar. É o único sector económico que terá de fazer um esforço adicional. O sector foi profundamente

prejudicado pela crise e muitas empresas entraram na falência e aquelas que sobreviveram estavam agora a começar a recuperar. Há um esforço a fazer e há outros sectores que também podem fazer esse esforço. Acreditamos que para se conseguir receita se devia redistribuir a carga fiscal. Devia haver mais equilíbrio. Lamento que o Governo não tenha falado connosco. Tentámos ser ouvidos esta última semana e o Governo não quis. Agora vamos pedir audiência a outros grupos parlamentares. **R.C.**



A MODELO DE FUNCIONAMENTO



Paulo Figueiredo

A proposta de Orçamento do Estado para 2016 explica que “no sector dos transportes e, em particular, no caso dos operadores públicos, concretizando-se a reversão dos processos de subconcessão das redes dos operadores públicos de transportes de Lisboa e do Porto, não será alterado o modelo de funcionamento face a 2015”. Conforme é descrito no mesmo documento, “mantendo-se as condições de funcionamento das referidas empresas públicas de transportes, os valores considerados para efeitos das indemnizações compensatórias não sofrem alterações para o ano de 2016”, adianta o referido documento. Este é também o primeiro orçamento em cinco anos sem privatizações. O Governo exclui assim qualquer fonte de financiamento do Estado por via da venda de empresas públicas. É um corte com o que foi a política do anterior Executivo, durante o qual se concretizaram as vendas de EDP, REN, Caixa Seguros, EGF, ANA e TAP.

OBRAS PÚBLICAS E CONCESSÕES

Novo aeroporto e terminal de contentores decididos este ano

Escolha dos locais para os dois investimentos estruturantes é tomada até ao final do ano.

O Governo assume na proposta de Orçamento do Estado para 2016 que vai decidir ainda este ano quais as localizações para dois investimentos em infra-estruturas marcantes para o desenvolvimento da economia nacional: o aeroporto de apoio à Portela e o novo terminal de contentores para a área metropolitana da capital.

“É assumido o compromisso de decidir, em 2016, a solução futura para o desenvolvimento da capacidade aeroportuária na área metropolitana de Lisboa, analisando de modo prioritário a opção integrada entre o Aeroporto da Portela e outro terminal complementar (Portela + 1), assegurando uma gestão eficiente e sustentada em termos operacionais e económicos do crescimento estimado de tráfego para a procura aeroportuária de Lisboa”, assume o referido documento.

O facto de a proposta orçamental para o ano em curso referir-se à opção “Portela + 1”, como uma análise de “modo prioritário”, pode querer dizer que a hipótese de fazer um investimento numa infra-estrutura aeroportuária de raiz pode voltar a estar em equação com o actual Governo de António Costa, num ‘dossier’ que será coordenado pelo ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques.

Já com a tutela de Ana Paula Vitorino, o Governo compre-

te-se também a decidir até ao final do presente ano o projecto e a localização do novo terminal de contentores para a área metropolitana de Lisboa, uma iniciativa lançada pelo anterior Executivo de Pedro Passos Coelho.

“É indispensável que as empresas portuárias desenvolvam políticas que conduzam a relações socio-laborais sãs, contribuindo para a confiança nos portos portugueses e, consequentemente, para um maior desenvolvimento económico, assente num maior dinamismo do sector exportador nacional.

Nesta matéria, em 2016, será ainda definida a localização do novo terminal de contentores para a área da grande Lisboa”, assume a proposta orçamental para este ano, sem, contudo, adiantar qual o local em causa. Recorde-se que no anterior Governo, o projecto começou a ser pensado para a Trafaria, mas devido à forte contestação movida pelo município de Almada, surgiu uma segunda escolha, que recaiu no Barreiro. O local final para este novo terminal de contentores será decidido pela ministra, Ana Paula Vitorino.

Além destes dois projectos de investimento, a proposta de Orçamento do Estado para 2016 promete ainda avançar com a “promoção do projecto do Arco Ribeirinho Sul, que visa a requalificação urbanística de um vasto território na margem Sul do estuário do Tejo, predominantemente áreas industriais desactivadas situadas nos municípios de Almada, Barreiro e Seixal”. ■ N.M.S.



Arménio Carlos
Secretário-geral da CGTP

Este orçamento contraria os outros, porque aumenta os salários, o abono de família e é mais justo para a classe média. Contudo, está marcado por três componentes que considero menos boas. A reposição das 35 horas

semanais não é imediata, o que lamentamos, e acho que o aumento dos impostos nos combustíveis pode trazer problemas à economia. Apesar de haver uma elevação dos impostos mais ligada aos grandes grupos económicos, e que até agora estavam ílesos, o imposto devia ser retirado do lucro das petrolíferas. Assim, consideramos que em alguns pontos este orçamento está longe do que pretendíamos inicialmente, o que penso ser reflexo de mais uma ingerência por parte da Comissão Europeia, na vontade dos portugueses e do seu direito à autonomia,

mas é um orçamento melhor do que os anteriores e a CGTP vai continuar a debater-se pelos trabalhadores e a apresentar propostas a Governo. **R.C.**

Há forte oposição de associações sectoriais, como o automóvel, a algumas medidas do Orçamento.